

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Fazenda faz "mutirão" de auditores contra fraudes em crédito tributário	4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Vinte empresas vão participar de programa "vip" da Receita Federal	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Carf derruba autuação fiscal milionária que cobrava PIS e Cofins do Banco Itaú	8
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita exige IRPJ sobre oferta restrita de ações	10
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Fazenda faz 'mutirão' de auditores contra fraudes tributárias como a 'compensação cruzada'. Entenda	11
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Reforma Tributária: Câmara deve votar regulamentação hoje e pode fazer mudanças no imposto sobre herança	13
D24AM ANFIP	
CAE debaterá sistema tributário nacional nesta terça	15
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO SEGURIDADE SOCIAL	
Aposentados, mas sem parar de trabalhar	16
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Conheça os riscos de não declarar o que você recebe via Pix	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Câmara avança na reforma tributária	20
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma será votada em regime de urgência	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo não criou nem elevou atuais impostos, afirma Haddad	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Câmara aprova urgência para votação de regulamentação da reforma tributária	25
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	

Segunda etapa da reforma tributária em votação hoje	27
<small>CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Senado prioriza reoneração da folha e reforma tributária	28
<small>CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Reforma tributária: Câmara deve votar segundo projeto nesta terça	29
<small>CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Reforma tributária: Câmara deve votar segundo projeto nesta terça (congresso)	31
<small>O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
ITCMD: STF vai analisar se imposto sobre herança deve incidir sobre previdência privada	33
<small>O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Campos Neto vai hoje à Câmara explicar taxa de juros	34
<small>O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL</small>	
Paredão - APOSENTADOS	35
<small>CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
Campos Neto reforça compromisso do BC	37
<small>O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA</small>	
Galípolo afirma que elevação dos juros "está na mesa" do Copom	38
<small>O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
Campos Neto: BC fará "o que for preciso" para cumprir meta	39
<small>O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
Aumento de juros está "na mesa", diz Galípolo	40
<small>O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
Dólar cai para R\$ 5,49; juro futuro e Bolsa sobem	41
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Para gestores, BC está mais próximo de subir a Selic	43
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Autoridades do Copom minimizam ajuda do Fed	45
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</small>	
Morre Delfim, czar da economia na ditadura e conselheiro de Lula	46
<small>CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL ECONOMIA</small>	
Projeção da inflação 2024 sai de 4,12% para 4,20%	49

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Galípolo sinaliza para elevação da taxa Selic..... 50

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Sobe previsão da inflação para este ano..... 51

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

BC fará o que for preciso para trazer a inflação para a meta, diz Campos Neto..... 53

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação vai subir e chegar a 4,2% ao ano, prevê mercado..... 54

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha nega 'digital' do governo na suspensão das 'emendas Pix'..... 55

Fazenda faz "mutirão" de auditores contra fraudes em crédito tributário

RENATA AGOSTI NI ETHAÍSBARCELLOS

A **Receita Federal** iniciou uma força-tarefa para apertar a fiscalização contra fraudes de empresas que recorrem à chamada "compensação cruzada", quando créditos de um tributo são usados para quitar o pagamento de outro. O órgão decidiu reforçar o grupo de auditores encarregados de checar a situação dos contribuintes que se valem desse expediente. Estimativas da Fazenda mencionadas pelo ministro Fernando Haddad apontam que o uso indevido do recurso tributário pode chegar a R\$ 25 bilhões - potencial de arrecadação com a "força-tarefa" da Receita.

Hoje, a compensação cruzada é feita por meio de um sistema de autodeclaração. O contribuinte registra o quanto possui de créditos de PIS/Co-fins e o quanto desse montante será usado para pagar outros **tributos**, como Imposto de Renda, por exemplo. Posteriormente, as declarações são checadas pelo Fisco. A Fazenda vem detectando, porém, um volume muito grande de fraudes e, informalmente, vem dizendo que a situação é uma "sangria desatada".

Esses créditos são decorrentes, por exemplo, de ações judiciais, ressarcimentos e cobrança não cumulativa de **impostos**. O objetivo é reduzir o uso de créditos considerados indevidos pelo Fisco, em especial a utilização de PIS/Co-fins no abatimento de dívidas tributárias.

O governo tentou fechar essa torneira ao editar uma medida provisória (MP) sobre o tema, em junho. A ideia era vedar a compensação cruzada de PIS/Co-fins, mas houve forte reação de empresários e o Congresso decidiu devolver partes da MP, barrando a iniciativa da equipe econômica. A reclamação era de que o governo estaria tentando aumentar **impostos** ao proibir que um direito das empresas fosse utilizado.

VALORES MAIORES NA MIRA

Diante da negativa do Congresso, a Receita organizou então uma espécie de esforço concentrado para ampliar a detecção das fraudes e fazer com que o uso irregular desses créditos seja apontado com mais velocidade. A ideia é mirar nos volumes mais elevados cadastrados no sistema e cortar o mal pela raiz: identificar o abuso antes que o recurso seja usado.

Esse abuso, na visão da receita, decorre de uma declaração a maior do que a empresa teria direito.

Uma medida proposta pela Fazenda mostra o tamanho do desafio. O governo conseguiu vedar o uso de créditos oriundos de decisões finais da Justiça para compensação de **tributos**. Por exemplo: quem ganhou uma ação contra o governo recebia esse valor via compensação e deixava de pagar outro tributo. No primeiro semestre, os débitos compensados com valores relacionados a ações judiciais caíram 46,6% ante o mesmo período do ano passado.

Outros créditos, porém, "brotaram do chão", na avaliação de um interlocutor do governo. Aumentaram as compensações por "pagamento indevido ou a maior" (19,27%), de PIS/Co-fins não cumulativos (9,78%), previdenciários (61,17%) e de saldos negativos (42,95%). No total, a queda de compensações tributárias de janeiro a junho deste ano é de 5,36%.

A equipe econômica está disposta a gastar toda a munição que tiver para combater o uso indevido de compensações cruzadas. Essa é considerada uma das últimas etapas da estratégia de Haddad para recuperar receitas do orçamento. A ação soma-se a um conjunto de medidas adotadas para levar os devedores a ficarem em dia com o Fisco. São iniciativas de "autorregularização", quando a Receita notifica o contribuinte, dá prazo para ele corrigir os problemas em vez de já multá-lo diretamente.

Nas contas da equipe econômica, somente neste ano, R\$ 22 bilhões entraram nos cofres públicos a partir de medidas desse tipo, principalmente com a chamada subvenção do ICMS, quando as empresas se aproveitavam de créditos gerados pela desoneração estadual para pagar menos **impostos** federais. A próxima iniciativa será relativa ao uso indevido do benefício vinculado ao Perse, programa emergencial de retomada do setor de serviços.

O programa de autorregularização será lançado nas próximas semanas e deve terminar até novembro. De janeiro a maio, o governo deixou de receber R\$ 6 bilhões em **impostos** devido ao programa, conforme declaração das empresas beneficiadas. A estimativa é de que até o fim do ano o valor alcance ao menos R\$ 13 bilhões. Metade pode estar ligada a fraudes. Em

2022, ao aprovar mudanças no programa, o Congresso limitou o Perse até 2026 ou o máximo de R\$ 15 bilhões -o que ocorrer primeiro.

O programa de autorregularização incidirá sobre os anos de 2022 e 2023 também, mas a equipe econômica prefere não dar uma estimativa de arrecadação, considerando que o contribuinte pode optar por não participar. Exatamente por isso não constaram nas projeções de orçamento receitas obtidas com essas iniciativas.

FRUSTRAÇÃO COM CARF

O time de Haddad espera que esses programas possam compensar, por exemplo, a frustração inicial com recursos oriundos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** a partir de mudança legislativa sobre o voto de desempate -que voltou a ser pró-governo.

Com a alteração, o governo projetava acelerar pagamentos de dívidas e embolsar mais de R\$ 50 bilhões em 2024. A projeção caiu para R\$ 37,7 bilhões em julho, mas até então nenhum valor significativo entrou no caixa federal.

Atualmente, o governo projeta déficit primário (saldo negativo entre receitas e despesas, sem contas gastos com juros) de R\$ 28,8 bilhões em 2024, já no limite inferior da meta fiscal deste ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Vinte empresas vão participar de programa "vip" da Receita Federal

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana De Brasília

A **Receita Federal** anunciou na segunda-feira (12) a adesão de 20 grandes empresas ao projeto piloto do Confia, um dos programas nos quais contribuintes com bom histórico de cumprimento de normas terão uma espécie de "tratamento vip" no relacionamento com o Fisco.

Futuramente, caso aprovado o projeto de lei que cria o programa em definitivo (PL15/2024), as empresas poderão se livrar de multas e ter desconto no pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O programa foi elaborado em diálogo com a Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto (Abrasca), que representa mais de 450 empresas listadas na B3, com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e com o Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap).

O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, considera que esse projeto é - junto com o Sintonia (destinado a contribuintes de todos os portes) e o Operador Econômico Autorizado (OEA) - o mais importante da Receita, porque muda seu relacionamento com o contribuinte: em vez de punitiva, será mais orientativa.

As empresas participantes do piloto do Confia vão poder apresentar seu planejamento tributário para o Fisco, para saber se está de acordo com a legislação. Isso poderá ser feito para um tema em específico ou para um projeto de investimento que será tirado do papel. A Receita fará a análise e o diálogo, caso perceba algo em desconformidade com a administração tributária, explicou Claudia Pimentel, subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita, no evento em que foram anunciadas as empresas participantes do piloto.

"[Empresa poderá ter] resposta da Receita antes de começar seu investimento, [saber] como ela pode agir sem gerar litígio, disputa. Caso haja divergência, ou não haja clareza, é possível fazer uma consulta à coordenação de tributação, e essa consulta vai ter prioridade", completou Pimentel, afirmando que essa previsibilidade será o maior ganho aos contribuintes.

"É um sonho", disse a representante da Repsol, Gilberta Lucchesi. "Se a empresa tem dúvida, coloca na mesa, faz um acordo e vida que segue, aquilo não é mais questionado." Também diretora da Getap, ela disse que países da Europa e os Estados Unidos, por exemplo, adotam programas de conformidade tributária.

Representante da Química Amparo, Cristiana Góes disse que o programa evitará o risco de a empresa ser surpreendida por um auto de infração para o qual não estava preparada. Hoje, nem mesmo investimentos em softwares de conformidade conseguem evitar o problema, comentou. "Depois do piloto, muita empresa vai querer entrar, porque vemos valor no Confia", afirmou.

Hoje, o contribuinte preenche suas obrigações acessórias e espera para ver o que dá, disse Zabetta Macarini, do Getap. As empresas têm operação complexa, por isso é importante a elas checar com a Receita se estão no caminho certo para evitar contenciosos futuros, acrescentou.

Robinson Barreirinhas afirmou que há, hoje, uma crise de confiança entre Fisco e contribuintes, o que causa prejuízo para ambos os lados. "Quando a administração tributária desconfia do contribuinte, ela calibra sua atuação em função do mau contribuinte, essa é a razão para termos multas de 75%. Da mesma forma, quando o contribuinte não confia, ele deixa de dialogar. O Confia é um marco nessa mudança de paradigma."

"Claro que haverá sempre receio do contribuinte, mas é um caminho a mais que eventualmente pode ser utilizado em determinadas situações", comentou o advogado Ricardo Lacaz Martins, sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevitch Schoueri, que considera positivo o Confia.

No evento, o chefe da Receita destacou a importância de aprovar o projeto de lei, para que o Fisco possa conceder benefícios aos contribuintes do Confia.

"Estamos evoluindo [com o piloto] até o limite que podemos sem a previsão legal, mas os próximos passos que daremos nós dependemos desse arcabouço legal, para que possam ser concedidos benefícios fiscais para bons contribuintes. O bom

contribuinte gera menos ônus para o poder público, é justo que ele pague menos tributo. E para dar também a tranquilidade para o auditor fiscal não autuar, porque ele pode ser questionado se não tiver um arcabouço legal", explicou Barreirinhas.

Mario Dehon, subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento, afirmou que a Receita espera que o selo de bom contribuinte tributário seja um novo paradigma para as transações comerciais. "O que a gente espera é que a sociedade passe também a rejeitar empresas que não sejam responsáveis tributariamente, porque as pessoas vão tomar a consciência que todo o financiamento e bom funcionamento do Estado brasileiro dependem dessa conformidade e dessa responsabilidade."

"Se a empresa tem dúvida, coloca na mesa, faz acordo e vida que segue" Gilberta Lucchesi

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955?page=1§ion=2)**

Carf derruba autuação fiscal milionária que cobrava PIS e Cofins do Banco Itaú

Adriana Aguiar De São Paulo

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** derrubou um auto de infração que cobrava um total de R\$ 329 milhões de PIS e Cofins do Banco Itaú, em valores atualizados, após operação bilionária que envolveu a securitizadora da instituição financeira. A decisão unânime é da 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção, que afastou a alegação da **Receita Federal** de planejamento tributário abusivo. Ainda cabe recurso.

A operação analisada pela fiscalização consistiu em transferência de aproximadamente R\$ 8,1 bilhões para a Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Itaú Cia Sec) em março de 2015 e a utilização desse valor, na mesma data do aumento do capital social da securitizadora, para a aquisição de cotas do fundo de investimento exclusivo RT Voyager Renda Fixa Crédito Privado.

As cotas do fundo RT Voyager proporcionaram à Itaú Cia Sec receitas financeiras de R\$ 1,1 bilhão, em 2015, e R\$ 1,4 bilhão, em 2016. Contudo, essas receitas foram integralmente excluídas das bases de cálculo do PIS e da Cofins, por não estarem relacionadas à atividade típica do objeto social da entidade, que seria a securitização de créditos.

O percentual de participação de cada acionista na Itaú Cia Sec não se alterou com o aumento do capital social - 91% é do Itaú Unibanco, 8% da Provar Negócios de Varejo e uma parcela irrisória do Itaú BBA Participações.

Para a fiscalização, contudo, a aparência meramente formal da securitizadora viabilizou a execução de um planejamento tributário abusivo, baseado em fatos simulados, unicamente para atrair a aplicação de norma tributária benéfica, que resultasse em carga tributária menor.

Já a defesa do Itaú afirma, no processo, que existe propósito econômico-empresarial para o aumento de capital da Itaú Cia Sec. Isso porque a operação foi realizada um dia antes do Decreto nº 8.426, de 2015, que restabeleceu as alíquotas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras no regime não cumulativo. Alega também que não houve fraude.

Ao analisar o caso, a relatora, conselheira Mariel Orsi

Gameiro, entendeu que o objetivo de economia tributária é suficiente a embasar e preencher o conteúdo do propósito negocial. "Especialmente porque a operação aqui carrega todos os registros e atendimento às normas jurídicas, contábeis e fiscais", afirma na decisão.

Além disso, a conselheira destaca que existe comprovada existência de um segundo propósito, que é o regulatório. "Tendo em vista que a operação foi realizada também com intuito de observância do Basileia III, face à manutenção do índice de imobilização abaixo do limite de 50% (capital prudencial do grupo)", diz.

A conselheira ainda ressalta que "não houve simulação pelo simples fato de alocação das receitas na Itaú Securitizadora, principalmente porque o embasamento enganoso e estapafúrdio usado pela fiscalização reside num exercício de futurologia de legislação que restabeleceria as alíquotas de receitas não financeiras a partir de 10 de abril de 2015, quando toda operação foi realizada em 30 de março de 2015".

Assim decidiu pela anulação do auto de infração e considerou prejudicada a acusação de fraude, bem como a aplicação da multa qualificada (processo nº 16327.720206/2020-69). Ela foi acompanhada pela maioria dos conselheiros.

Segundo o tributarista Caio Malpighi, do VBSO Advogados, esse é o primeiro precedente de que tem conhecimento, no qual se utiliza uma securitizadora do grupo em planejamento tributário, que não estaria sujeita ao recolhimento de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras.

Para Malpighi, a decisão é ainda mais interessante porque reacende a discussão sobre a obrigação de ter ou não um propósito negocial para essas reestruturações. A conselheira relatora, no caso, acrescenta, entendeu que a empresa agiu dentro da legalidade e poderia fazer essa operação mesmo que visando a economia de **tributos**, apesar de o Itaú ter demonstrado haver outras motivações.

Esse julgamento do **Carf**, segundo o advogado Maurício Faro, do BM A Advogados, segue alinhado com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ao validar a chamada "norma geral antielisão",

voltada a combater planejamentos tributários considerados abusivos pelo Fisco (ADI 2446). Ele afirma que, na ocasião, a ministra Cármen Lúcia, embora tenha reconhecido a validade do parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional (CTN), entendeu que o contribuinte tem direito de se reorganizar e que essa reorganização com fins a eficiência tributária se justificaria por si só.

No caso analisado pelo **Carf**, afirma Faro, a maioria dos conselheiros entendeu por anular o auto de infração, tanto pelo direito de se reorganizar do contribuinte, de buscar um planejamento que traduz em eficiência tributária, quanto pelo fundamento regulatório. "Os dois argumentos se sustentam para afastar a alegação de simulação ou fraude", diz.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que estuda o caso para um possível recurso. O Itaú afirma, por meio de nota, que "a decisão do **Carf** confirma a regularidade da operação".

"Esse é o primeiro precedente com uso de securitizadora em planejamento tributário" Caio Malpighi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955>

Receita exige IRPJ sobre oferta restrita de ações

Laura Ignacio De São Paulo

A **Receita Federal** entende que incide Imposto de Renda (IRPJ) sobre os resultados positivos da oferta restrita de ações - quando a venda desses ativos acontece fora da bolsa de valores, apenas para investidores qualificados. Nesse tipo de operação, afirma o órgão, o investidor não residente no Brasil deverá pagar a alíquota de 15% sobre o ganho de capital, a diferença entre o custo de aquisição o valor da alienação.

O entendimento, que consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 228, publicada recentemente, passa a orientar os fiscais do país. "Os resultados positivos auferidos na alienação de ações no âmbito de Oferta Subsequente de Ações, efetivada nos termos da Instrução CVM [Comissão de Valores Mobiliários] nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (esforços restritos), não estão excluídos da incidência do Imposto de Renda", diz o texto.

Além da Instrução 476 da CVM, a Cosit chegou a sua conclusão com base no artigo 89, inciso II, da Instrução Normativa nº 1.585, editada pela **Receita Federal** em 2015 (alíquota), e nos parágrafos 1º e 2º, alínea "b.I", do artigo 81 da Lei nº 8.981, de 1995, que trata da tributação de ações em geral (base de cálculo).

Especialistas em tributação de mercado de capitais consultados pelo Valor concordam com a orientação. Lembram que a Lei nº 8.981, editada no começo do Plano Real, concedeu isenção fiscal a investidores estrangeiros com o objetivo de os atrair para o ambiente brasileiro, na época visto como de muito risco.

"Uma oferta restrita é a operação feita para propiciar maior acesso de investidores a um determinado papel, mas não é realizada na bolsa e sim diretamente a investidores qualificados", explica a advogada Luciana Alencar, do escritório Alma Law. Investidores qualificados são, geralmente, explica ela, pessoas jurídicas, com alto poder de investimento, que conhecem o mercado e têm apetite para risco.

Para Luciana, a solução de consulta "dá a entender que, para o Fisco, o regime de incentivo fiscal ao não residente só se aplica em relação a operações

negociadas em bolsa de valores".

O tributarista Matheus Bueno, sócio do escritório Bueno Tax Lawyers, entende que a solução de consulta ganha relevância pelo ineditismo. "Legislações esparsas sobre mercado de capitais tratam do tema, mas a solução de consulta detalha o tratamento dessa situação específica pela Receita", afirma ele.

De acordo com Bueno, no caso, uma entidade investidora localizada nos Países Baixos fez uma troca de ADRs (certificados de ações emitidos por bancos americanos) por ações e parte delas foi vendida (oferta restrita). "Me chamou a atenção que, para a definição da base de cálculo do Imposto de Renda, a **Receita Federal** decidiu que deve ser considerado o custo da conversão das ADRs em ações", diz.

Pelo texto da solução de consulta, "para fins de apuração da base de cálculo, deve-se utilizar a diferença positiva entre o valor de alienação das ações (em reais) e seu custo de aquisição (em reais), sendo este último calculado a partir do custo por ação em Reais obtido através do contrato de câmbio de ingresso (compra de moeda estrangeira)".

O advogado também destaca o entendimento do Fisco sobre a alíquota do IRPJ, considerando o local onde reside o investidor. "Para o Fisco, Países Baixos não seria país com tributação favorecida, o que elevaria a alíquota de 15% para 25%", afirma.

"Solução de consulta da Receita ganha relevância pelo ineditismo" Matheus Bueno

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187955>

Fazenda faz 'mutirão' de auditores contra fraudes tributárias como a 'compensação cruzada'. Entenda

A **Receita Federal** iniciou uma força-tarefa para apertar a fiscalização contra fraudes de empresas que recorrem à chamada "compensação cruzada", quando créditos de um tributo são usados para quitar o pagamento de outro. O órgão decidiu reforçar o grupo de auditores encarregados de checar a situação dos contribuintes que se valem desse expediente. Estimativas da Fazenda mencionadas pelo ministro Fernando Haddad apontam que o uso indevido do recurso tributário pode chegar a R\$ 25 bilhões - potencial de arrecadação com a "força-tarefa" da Receita.

Hoje, a compensação cruzada é feita por meio de um sistema de autodeclaração. O contribuinte registra o quanto possui de créditos de PIS/Cofins e o quanto desse montante será usado para pagar outros **tributos**, como como Imposto de Renda, por exemplo. Posteriormente, as declarações são checadas pelo Fisco. A Fazenda vem detectando, porém, um volume muito grande de fraudes e, informalmente, vem dizendo que a situação é uma "sangria desatada".

Esses créditos são decorrentes, por exemplo, de ações judiciais, ressarcimentos e cobrança não cumulativa de **impostos**. O objetivo é reduzir o uso de créditos considerados indevidos pelo Fisco, em especial a utilização de PIS/Cofins no abatimento de dívidas tributárias.

O governo tentou fechar essa torneira ao editar uma medida provisória (MP) sobre o tema, em junho. A ideia era vedar a compensação cruzada de PIS/Cofins, mas houve forte reação de empresários e o Congresso decidiu devolver partes da MP, barrando a iniciativa da equipe econômica. A reclamação era de que o governo estaria tentando aumentar **impostos** ao proibir que um direito das empresas fosse utilizado.

Diante da negativa do Congresso, a Receita organizou então uma espécie de esforço concentrado para ampliar a detecção das fraudes e fazer com que o uso irregular desses créditos seja apontado com mais velocidade. A ideia é mirar nos volumes mais elevados cadastrados no sistema e cortar o mal pela raiz: identificar o abuso antes que o recurso seja usado. Esse abuso, na visão da receita, decorre de uma

declaração a maior do que a empresa teria direito.

Uma medida proposta pela Fazenda mostra o tamanho do desafio. O governo conseguiu vedar o uso de créditos oriundos de decisões finais da Justiça para compensação de **tributos**. Por exemplo: quem ganhou uma ação contra o governo recebia esse valor via compensação e deixava de pagar outro tributo. No primeiro semestre, os débitos compensados com valores relacionados a ações judiciais caíram 46,6% ante o mesmo período do ano passado.

Outros créditos, porém, "brotaram do chão", na avaliação de um interlocutor do governo. Aumentaram as compensações por "pagamento indevido ou a maior" (19,27%), de PIS/Cofins não cumulativos (9,78%), previdenciários (61,17%) e de saldos negativos (42,95%). No total, a queda de compensações tributárias de janeiro a junho deste ano é de 5,36%.

A equipe econômica está disposta a gastar toda a munição que tiver para combater o uso indevido de compensações cruzadas. Essa é considerada uma das últimas etapas da estratégia de Haddad para recuperar receitas do orçamento. A ação soma-se a um conjunto de medidas adotadas para levar os devedores a ficarem em dia com o Fisco. São iniciativas de "autorregularização", quando a Receita notifica o contribuinte, dá prazo para ele corrigir os problemas em vez de já multá-lo diretamente.

Nas contas da equipe econômica, somente neste ano, R\$ 22 bilhões entraram nos cofres públicos a partir de medidas desse tipo, principalmente com a chamada subvenção do ICMS, quando as empresas se aproveitavam de créditos gerados pela desoneração estadual para pagar menos **impostos** federais. A próxima iniciativa será relativa ao uso indevido do benefício vinculado ao Perse, programa emergencial de retomada do setor de serviços.

O programa de autorregularização será lançado nas próximas semanas e deve terminar até novembro. De janeiro a maio, o governo deixou de receber R\$ 6 bilhões em **impostos** devido ao programa, conforme declaração das empresas beneficiadas. A estimativa é

de que até o fim do ano o valor alcance ao menos R\$ 13 bilhões. Metade pode estar ligada a fraudes. Em 2022, ao aprovar mudanças no programa, o Congresso limitou o Perse até 2026 ou o máximo de R\$ 15 bilhões - o que ocorrer primeiro.

O programa de autorregularização incidirá sobre os anos de 2022 e 2023 também, mas a equipe econômica prefere não dar uma estimativa de arrecadação, considerando que o contribuinte pode optar por não participar. Exatamente por isso não constaram nas projeções de orçamento receitas obtidas com essas iniciativas.

O time de Haddad espera que esses programas possam compensar, por exemplo, a frustração inicial com recursos oriundos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** a partir de mudança legislativa sobre o voto de desempate - que voltou a ser pró-governo.

Com a alteração, o governo projetava acelerar pagamentos de dívidas e embolsar mais de R\$ 50 bilhões em 2024. A projeção caiu para R\$ 37,7 bilhões em julho, mas até então nenhum valor significativo entrou no caixa federal.

Atualmente, o governo projeta déficit primário (saldo negativo entre receitas e despesas, sem contas gastos com juros) de R\$ 28,8 bilhões em 2024, já no limite inferior da meta fiscal deste ano.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/13/fazenda-faz-mutirao-de-audidores-contra-fraudes-tributarias-como-a-compensacao-cruzada-entenda.ghtml>

Reforma Tributária: Câmara deve votar regulamentação hoje e pode fazer mudanças no imposto sobre herança

Gabriel Sabóia

A Câmara dos Deputados retoma os trabalhos nesta terça-feira com prioridade em aprovar a segunda etapa da regulamentação da **Reforma Tributária**. A urgência para a apreciação do mérito do projeto já foi votada na segunda, dia em que os parlamentares voltaram a realizar uma sessão em plenário após três semanas de recesso informal.

O texto trata das regras de administração do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser arrecadado por estados e municípios. A proposta também prevê a controversa cobrança de imposto sobre herança de previdência privada.

O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação foi aprovado pela Câmara em julho e está no Senado.

O texto em discussão autoriza estados a taxarem recursos depositados em planos de previdência privada e transmitidos a beneficiários por meio de heranças.

Os deputados estabeleceram que os investidores que ficarem mais de cinco anos no produto financeiro, a contar da data do aporte inicial, serão isentos do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - que é de competência estadual.

A permissão para os estados taxarem os planos chegou a ser incluída numa primeira versão da proposta, mas foi retirada por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, alguns estados já cobram ITCMD sobre planos de previdência privada - do tipo VGBL e PGDL - no momento da transferência para herdeiros. Mas não há uma regra uniforme, e isso é alvo de disputas na Justiça.

Por isso, os estados queriam estabelecer um padrão para a cobrança desse imposto. A ideia é evitar que a **previdência complementar** seja usada como planejamento sucessório.

O projeto estabelece ainda que o Senado Federal vai

fixar o limite máximo de cobrança do ITCMD. Hoje alguns estados cobram 8%. Apesar de a alíquota máxima ser de decisão dos senadores, os estados poderão definir a progressividade, ou variação, das alíquotas e quem se enquadra nas grandes fortunas. Porém, será preciso aplicar a alíquota máxima para "grandes patrimônios", definição que será regulamentada em lei estadual.

O ITCMD só será cobrado para aportes na previdência menores que cinco anos, contando do início da contribuição, até a ocorrência do fato gerador. Além disso, a tributação não incidirá sobre planos de natureza de seguro.

O texto também define como será o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, tributo que será a junção do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). A reforma também cria a CBS, reunindo os **impostos** federais sobre o consumo.

O comitê será responsável por administrar e fiscalizar o imposto de estados e municípios - uma espécie de **Receita Federal** de entes subnacionais. O texto cria um processo administrativo sobre a cobrança do imposto, uma espécie de novo **Carf** (que funciona como um tribunal da Receita), formado por três instâncias de decisão.

Contribuintes poderão participar da última instância de decisão do Comitê Gestor e nas demais etapas do processo administrativo. A participação dos contribuintes deve ocorrer por meio de federações e associações de setores empresariais. A versão enviada pelo governo determinava que apenas auditores fiscais fariam parte da última instância.

A instância superior para definição de disputas tributárias será a Câmara Superior, a ser formada por oito representantes do Fisco (sendo quatro de estados e quatro de municípios) e oito dos contribuintes. As demais instâncias do Comitê também terão formação paritária.

Os representantes dos contribuintes serão nomeados entre pessoas indicadas por entidades representativas de categorias econômicas e aprovadas em processo

seletivo público para avaliação de conhecimentos e de experiência em matéria tributária. O governo admite que esse projeto pode ser votado apenas em agosto.

Site:

**[https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/13/reforma-tributaria-camara-deve-votar-regulamentacao-
hoje-e-pode-fazer-mudancas-no-imposto-sobre-heranca.ghtml](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/13/reforma-tributaria-camara-deve-votar-regulamentacao-hoje-e-pode-fazer-mudancas-no-imposto-sobre-heranca.ghtml)**

CAE debaterá sistema tributário nacional nesta terça

Brasília - A pedido do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que a preside, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública nesta terça-feira (13), a partir das 14h, para apresentação e debate do PLP 68/2024, que regulamenta a **reforma tributária**. O foco será nos aspectos gerais do projeto e na garantia de não elevação da carga tributária. Os senadores discutirão a eficácia dos mecanismos legais pelos quais não haverá aumento da carga de **impostos** após a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 132, da **reforma tributária**.

(Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)

A audiência atende ao requerimento apresentado em 11 de junho deste ano na CAE (REQ 66/2024). No documento, o senador solicita que seja criado um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar, periodicamente, a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Para isso, ele sugere a análise constante dos projetos de lei que regulamentarão a Emenda 132, oriunda da PEC 45/2019, da **reforma tributária**.

Vanderlan argumenta que a criação do grupo de trabalho na comissão é "uma medida necessária para acompanhar a evolução do Sistema Tributário Nacional, com a garantia de que seja eficiente, transparente e promova a justiça fiscal". Tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PLP 68/2024 institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Oito pessoas foram convidadas para a audiência pública, sendo que seis delas estão com presença confirmada. São eles: Bernard Appy, secretário extraordinário da **reforma tributária** no Ministério da Fazenda, principal formulador da **reforma tributária**, promulgada no ano passado pelo Congresso; Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário especial da **Receita Federal do Brasil**; Mauro José Silva, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**; Aécio Prado Dantas Júnior, presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Ana Carolina Brasil Vasques, presidente do projeto Mulheres no Tributário; e Lina Santin, mestre e doutoranda em Direito Tributário.

Roberto Rocha, ex-senador pelo Maranhão que presidiu uma comissão especial sobre **reforma tributária**, ainda não confirmou presença. Também convidado, Felipe Salto, ex-diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, e economista-chefe e sócio da Warren Renascença, não participará do encontro.

Site: <https://d24am.com/politica/cae-debatera-sistema-tributario-nacional-nesta-terca/>

Aposentados, mas sem parar de trabalhar

WALERIA DE CARVALHO

Depois de uma vida toda dedicada ao trabalho é hora de descansar e curtir sem se preocupar com horário de acordar e com as contas a pagar todos os meses.

Essa deveria ser a realidade da maioria dos trabalhadores do país, mas é uma utopia. Pesquisa realizada neste ano pela Serasa revela que seis de 10 pessoas aposentadas precisam trabalhar para compor a renda e não conseguem 'pendurar as chuteiras'. Pelo contrário, muitas fazem malabarismo para conseguir um novo emprego e para chegar ao fim do mês sem dívidas.

Economista e professor do IBMEC, Gilberto Braga, de 63 anos, afirma que é necessário tomar algumas providências antes de a pessoa parar de trabalhar. "Deve-se buscar formar uma reserva financeira para a aposentadoria, podendo ser um fundo de previdência, por exemplo. O ideal é começar a fazer isso o mais cedo possível quando a pessoa alcança a idade produtiva".

Trabalhadores, muitas vezes, se questionam o porquê do achatamento dos salários e o profissional explica: "Dependendo da regra de reajuste do valor das aposentadorias e benefícios em vigor ao longo do período de aposentadoria, só tem garantido o valor do piso como sendo o do salário mínimo, havendo reajustes inferiores para os valores mais elevados, o que faz com que essa relação de quantidade de salários mínimos vá diminuindo".

De acordo com Gilberto Braga, quando o trabalhador chega aos 60 anos, há um estímulo natural para que se aposente, a fim de garantir o seu direito adquirido, diante do temor de que mudem a lei e as regras. "Sempre que isso acontece, as mudanças são para pior, para que a pessoa precise trabalhar mais tempo e, ou, seu valor a receber fique menor.

REINSERÇÃO NO MERCADO De etarismo, a mestre em administração pelo Ibmec- RJ, especialista em gestão e recursos humanos pela PUC-RJ e fundadora e diretora da Acalme Terapias Integradas, Centro para Desenvolvimento de Adultos 60+, Eliana Motta, entende bem. Ela trabalha na reinserção de pessoas mais velhas no mercado e a tarefa não é das mais fáceis, mas possível.

"Muitos vão trabalhar como empreendedores ou autônomos por necessidade.

Existem estudos (Cattho e Talento Sênior) indicando que apenas cerca de 18,5% dos brasileiros com 60 anos ou mais estão empregados, o que mostra uma alta taxa de exclusão desse grupo no mercado de trabalho".

A profissional reitera que os salários também são menores.

"Quando conseguem se recolocar, ainda pode-se perceber que é para cargos bem abaixo de suas competências, nada estratégicos e para ganhar menos. Isso reflete um grande desafio para os profissionais mais velhos, que enfrentam barreiras como preconceito etário e dificuldades de adaptação às novas tecnologias".

TRABALHOS ALTERNATIVOS De acordo com Eliana, esses profissionais maduros hoje foram formados na sociedade brasileira que não incluía em seu sistema de ensino a Educação Financeira e, portanto, muitos, mesmo com a experiência e habilidades acumuladas ao longo dos anos, precisam de renda extra por não possuírem reserva financeira.

"Eles precisam buscar formas alternativas de se manterem ativos, como o empreendedorismo ou trabalhos temporários, para driblar a falta de oportunidades formais de emprego.

Para enfrentar esses desafios, é importante que os profissionais maduros invistam em atualização constante e adaptação às novas demandas do mercado, enquanto as empresas precisam reconhecer o valor que esses profissionais trazem e combater o etarismo".

O desafio da atualidade é viver com o que se ganha

Engenheiro aposentado, José Carlos Fonseca, de 71 anos, passou a receber pensão do **INSS** aos 55, mas nunca parou de trabalhar nem pretende.

"Tive empresa, fui autônomo e hoje sou assessor de investimentos credenciado a XP e sócio do Saron Investments. Ganho de aposentadoria R\$ 3.200 e isso é pouco porque não paga as despesas do mês. O negócio é procurar uma ocupação que te dê dinheiro, satisfação pessoal, horário flexível e ter tempo disponível para viajar. Minhas habilidades, além de assessoria de investimentos, são nas áreas de vendas, Perícia Judicial, gestão empresarial e

gerenciamento de TI. Assim eu faço a minha agenda".

O aposentado Juarez Osório Corrêa, de 74 anos, nunca parou de trabalhar.

"Seria o ideal, mas não dá. Já trabalhei em banco, tive bar, agência de turismo, fábrica de salgado, lojas de artigos de presentes. Fui motorista do Brizola (Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro em 1983-1987 e 1991-1994) e me aposentei como autônomo há 20 anos. Mas não parei".

Aposentado por idade, Carlos Antonio do Monte, 67 anos, reativou sua matrícula para trabalhar na função que já exercia: a de chefe dos consertadores.

"Quanto mais dinheiro para ajudar na aposentadoria, melhor", conta Carlos Antônio, que já foi treinador e jogador de futebol.

OS TRÊS DS

Deslumbramento, desilusão e depressão

Aposentadoria é o tema abordado no livro 'Propósito de vida da pessoa idosa' (Summus Editorial) que a fisioterapeuta, professora e doutora em gerontologia Cristina Cristovão Ribeiro organizou. Ela é autora com mais 13 especialistas.

A obra foi lançada no dia 10 de agosto deste ano, no Meeting InterFISIO em Gerontologia, no Rio. Cristina conta que é comum ver pessoas sonhando com a aposentadoria e quando chega não sabem o que fazer.

"Gosto de comentar sobre os três 'Ds' da aposentadoria: - DESLUMBRAMENTO, 'nossa não vejo a hora de me aposentar', depois a DESILUSÃO, quando a pessoa se aposenta e percebe que não é tudo aquilo que pensava'.

E por último a DEPRESSÃO, por não saber o que fazer, se sentir improdutivo. É comum eu ter contato com pessoas que eram produtivas e depois que se aposentaram se desorganizaram", finaliza.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12645/13-08-2024.html>

Conheça os riscos de não declarar o que você recebe via Pix

Com o crescimento do trabalho autônomo e informal no Brasil, muitos profissionais têm optado por receber pagamentos através do Pix, a plataforma de transferências instantâneas do Banco Central. No entanto, essa prática pode acarretar diversos problemas, especialmente relacionados à declaração de renda e às implicações fiscais junto à **Receita Federal**.

Os 3 principais problemas

Falta de Registro Formal : Muitos autônomos não formalizam suas atividades, o que implica em ausência de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Essa informalidade dificulta a comprovação de renda e a obtenção de crédito, além de prejudicar a aposentadoria futura. Sem um registro formal, os autônomos ficam à margem de diversas oportunidades e benefícios oferecidos a trabalhadores formais.

Risco de Multas e Penalidades : A **Receita Federal** exige que todos os rendimentos sejam declarados. Receber apenas pelo Pix sem a devida declaração pode resultar em multas pesadas e outras penalidades. Segundo a Receita, o valor das multas pode variar de 20% a 150% sobre o valor não declarado, o que pode representar um grande ônus financeiro para o trabalhador autônomo.

Limitação de Benefícios Previdenciários : A falta de contribuição regular para o **INSS** impede que o trabalhador tenha acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade. A informalidade, portanto, não só coloca em risco a segurança financeira imediata, mas também compromete o futuro previdenciário desses profissionais.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2023, cerca de 39,3 milhões de pessoas trabalhavam de forma autônoma ou informal, representando aproximadamente 41,1% da força de trabalho no país. Esse contingente enfrenta desafios significativos na formalização de suas atividades e na adequação às exigências fiscais, o que agrava ainda mais a situação financeira e previdenciária dessas pessoas.

Patrícia Bastazini, contadora especialista da Bastazini Contabilidade, alerta sobre os riscos dessa prática:

Receber pagamentos apenas pelo Pix sem fazer a devida declaração à **Receita Federal** é extremamente arriscado. Muitos autônomos não estão cientes das implicações legais e fiscais, o que pode resultar em sérios problemas no futuro. É fundamental que esses profissionais busquem orientação para regularizar sua situação e evitar complicações.

Ela ainda acrescenta que a regularização não só evita problemas com a **Receita Federal**, mas também abre portas para benefícios previdenciários e melhores condições de crédito:

A formalização e a correta declaração dos rendimentos permitem que o trabalhador autônomo tenha acesso a uma série de benefícios, como crédito facilitado e contribuições para a aposentadoria. É um investimento na segurança e no futuro do próprio profissional.

Caminhos para a regularização

Para evitar os problemas mencionados, os autônomos devem seguir algumas diretrizes básicas:

Formalização como MEI (Microempreendedor Individual) : O MEI oferece uma forma simplificada de formalização, com baixo custo e acesso a benefícios previdenciários. Essa modalidade permite que os autônomos se formalizem de maneira rápida e com uma carga tributária reduzida.

Manter Registro de Rendimentos : É essencial manter um controle detalhado dos rendimentos recebidos e das despesas relacionadas à atividade profissional. Esse registro é fundamental para a correta declaração de **impostos** e para a gestão financeira do negócio.

Buscar Orientação Profissional : Contadores e especialistas em contabilidade podem fornecer orientações precisas sobre como proceder com a declaração de renda e as obrigações fiscais. A orientação profissional pode prevenir erros e garantir que todas as obrigações sejam cumpridas corretamente.

Contribuição Regular ao INSS : Garantir contribuições regulares para o **INSS** é crucial para ter acesso aos benefícios previdenciários. Essas contribuições garantem a proteção social do trabalhador autônomo,

assegu

A prática de receber apenas pelo Pix pode parecer uma solução prática a curto prazo, mas os riscos e complicações associadas podem ser significativos. A formalização e a adequação às exigências fiscais não só previnem problemas com a **Receita Federal**, mas também proporcionam maior segurança e benefícios ao trabalhador autônomo. É essencial que esses profissionais busquem orientação para regularizar sua situação e garantir um futuro mais estável e seguro, explica Patrícia.

Em tempos de incerteza econômica, a formalização e a correta gestão fiscal tornam-se ainda mais importantes. Os trabalhadores autônomos devem estar cientes dos riscos e buscar meios de formalizar suas atividades, garantindo assim uma vida financeira mais segura e equilibrada.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/conheca-os-riscos-de-nao-declarar-o-que-voce-recebe-via-pix,35ca6e985e1ed3df5df82ec7e29d1457jolfoavq.html>

Câmara avança na reforma tributária

» *EvanDro éboli* » *viCtor CorrEia*

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso retomou a normalidade de votações nesta semana e, na Câmara, a **reforma tributária** andou. Os deputados aprovaram ontem, por 308 votos a favor e 142 contra, a urgência do segundo projeto de regulamentação da matéria, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cujo objetivo é unificar os **impostos** ICMS e ISS. Esse comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. O mérito deve ser votado hoje, em plenário.

Na Câmara, o texto do Comitê Gestor do IBS é uma das prioridades do presidente Arthur Lira (PP -AL). Foi discutido por um grupo de trabalho, e o mérito deve ser aprovado nesta semana. No texto, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) incluiu a destinação de 30% das vagas do comitê para mulheres.

Também ontem, o plenário da Câmara aprovou proposta que cria regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), previsão que chegou a ser vetada na sanção do projeto do marco regulatório que tratou do tema. O projeto é de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Mas esse esforço concentrado vai durar poucos dias, e logo os parlamentares retomarão o ritmo de campanhas eleitorais em seus estados. Por conta das eleições municipais de outubro, a Câmara fará dois períodos curtos de esforço neste mês - de 12 a 14 e de 26 a 28 de agosto -, e retorna aos trabalhos entre 9 e 11 de setembro. Ou seja, até as eleições, ocorrerão apenas nove sessões de trabalho na Casa.

No Senado, há várias propostas engatilhadas para serem votadas.

O projeto que cria um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta de amanhã do plenário.

O texto está sendo costurado entre o governo e o Congresso, que aprovou a prorrogação da desoneração por quatro anos.

Retomada gradual A proposta acordada mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com previsão de alíquota de 5% sobre a folha de

pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

Na Comissão de Constituição e Justiça, está prevista ir a voto Proposta de Emenda à Constituição da Anistia, que isenta os partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores. A PEC da Anistia, como é conhecida, já foi aprovada pela Câmara.

No Senado, um dos destaques da pauta de hoje é a proposta que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

-

Sem "digital" do governo em emendas Pix

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, negou interferência do governo na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento das transferências especiais, conhecidas como "emendas Pix". Ele frisou que não cabe ao Executivo influenciar decisões do Judiciário, apenas acatá-las, assim como foi feito com as emendas RP9, o "orçamento secreto", declaradas inconstitucionais.

Parlamentares enxergaram na decisão do STF uma espécie de aliança entre Executivo e Legislativo.

As emendas pix entram direto no caixa das prefeituras, sem passar pelos ministérios. Ou seja, sua suspensão diminui o poder do Congresso sobre o orçamento da União e, especialmente, o envio de recursos para as bases eleitorais em ano de votação nos municípios.

"Não cabe ao governo influenciar a decisão do STF, muito pelo contrário, não tem qualquer tipo de digital, mas cabe ao governo, ao Executivo, cumprir, se tiver uma decisão final do STF", argumentou Padilha, ao ser questionado em coletiva de imprensa, ontem, no Palácio do Planalto. Ele deu as declarações após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e líderes do governo no Congresso para debater as prioridades da semana.

Nesta semana, há esforço concentrado tanto na Câmara quanto no Senado. Por isso, um mal-estar com o governo pode prejudicar a aprovação de matérias econômicas, definidas como prioridade por

Lula.

Padilha disse ainda que o Planalto está colaborando com o Congresso para lidar com a suspensão das emendas. "A Câmara designou pessoas. O Senado também. O governo designou assessores sob a coordenação da Advocacia-Geral da União (AGU), para, inclusive, esclarecer ao STF e mostrar obras que estão em andamento, que é importante que os recursos sejam executados, para que a gente não paralise o andamento das obras", ressaltou.

Lula chamou Padilha e outros ministros, como Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil), para definir as pautas principais da semana. Também participaram os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP); na Câmara, José Guimarães (PT-CE); e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Na Câmara, a prioridade será aprovar o segundo projeto da regulamentação da **reforma tributária** e o Programa Acredita, que fornece crédito para micro, pequenos e médios empresários.

No Senado, o objetivo é avançar a tramitação dos projetos do Combustível do Futuro, do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) e do Mercado de Crédito de Carbono, que estão em comissões.

"No caso da Câmara, nossa prioridade é encaminhar o mais rápido possível a votação do segundo projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária**", comentou Padilha. Ele reforçou que o governo quer aprovar toda a regulamentação da reforma até o fim do ano.

Primeiro projeto a Câmara aprovou, no mês passado, o primeiro projeto referente à **reforma tributária**, que trata do imposto sobre bens e Serviços (ibS) e a Contribuição Social sobre bens e Serviços (CbS). Entre os temas, estão imposto Seletivo e cesta básica. o texto está no Senado, onde tramita em urgência e deve ser votado até 22 de setembro para não trancar a pauta da Casa.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6283/12-08-2024.html?all=1>

Reforma será votada em regime de urgência

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, o segundo texto de regulamentação da **reforma tributária**, contendo detalhes da gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de seu comitê gestor, da partição de receitas do novo tributo, além de regulamentar o imposto incidente sobre doações e causa

mortis e a contribuição de iluminação pública. Com a urgência, a proposta não passa por comissões, vai direto ao plenário, onde começará a ser discutida hoje. O primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/24), que regulamenta o IBS e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), foi aprovado pela Câmara em julho e aguarda agora a análise do Senado.

Criado para substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), o IBS será gerido pelo Comitê Gestor do IBS (CG-IBS), que reunirá representantes de todos os entes federados para coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança e a distribuição desse imposto aos entes federados, elaborar a metodologia e o cálculo da alíquota; entre outras atribuições Segundo o texto, o CG-IBS será uma entidade pública sob regime especial, dotada de independência orçamentária, técnica e financeira, sem vinculação a nenhum outro órgão público. Embora a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios.

O deputado Mauro Benevides (PDT-CE), relator do grupo de trabalho que analisou a proposta, destacou a participação de contribuintes e a reserva de vagas para mulheres no relatório que apresentou ao PLP 108/2024. Segundo Benevides, pelo menos 30% das nove diretorias do comitê deverão ser ocupadas por mulheres. Ele afirmou que vários deputados haviam pedido para que os contribuintes fossem representados no comitê para também decidir sobre autos de infração. "Acabamos com a preocupação dos empresários de que teria fiscais de manhã, de tarde e de noite. Há uma diretoria de fiscalização e quem vai autorizar o procedimento é a coordenação. Se vier um fiscal do estado, não vai chegar outro do município e da União. Se for encontrada uma documentação que exige maior fiscalização, o ente será obrigado a compartilhar a descoberta com os outros dois entes", explicou.

Site: <https://digital.em.com.br>

Governo não criou nem elevou atuais impostos, afirma Haddad

Anais Fernandes e Gabriel Roca De São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo não está aumentando **impostos** de quem já paga nem criando novos, mas buscando compensações para outras decisões que foram tomadas.

"Não estamos aumentando imposto de quem paga nem criando novos **impostos**. Estamos simplesmente combatendo aquilo que o próprio Congresso determinou que seja feito pela Emenda Constitucional 103, que nem é do governo atual, e por recomendação do TCU [Tribunal de Contas da União]", afirmou ao participar virtualmente de evento da Warren em São Paulo.

Haddad citou que o gasto tributário do Brasil chegou "à marca histórica" de 6% do **PIB** em 2022 e que a receita como proporção do **PIB**, quando Lula assumiu em 2023 para um terceiro mandato, estava em 17%, "contra uma receita de 19% do **PIB** pelo menos nos anos em que a sustentabilidade fiscal estava garantida", afirmou.

Segundo ele, "várias medidas" foram tomadas no ano passado para refrear o gasto tributário e "recompôr a base fiscal do Estado brasileiro", disse, agradecendo a "sustentação" do Congresso "para aprovar quase todas as medidas para sustentabilidade fiscal".

"Entendo que estamos no bom caminho de recuperar as finanças públicas, reconhecido por três agências de risco no último ano", afirmou. "Não foi feito nenhum choque, porque nós não entendíamos e não entendemos que a economia brasileira precisava de choque", disse. "Precisa de credibilidade, trajetória sustentável e consistente."

Haddad citou, no entanto, "um choque de produtividade" a partir da **reforma tributária** aprovada e disse que o ambiente de negócios, principalmente na indústria, já "está sendo favorecido".

Haddad lembrou que ainda falta uma solução para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam e também de alguns municípios, o que, segundo ele, contabiliza R\$ 26 bilhões em renúncia não previstos para 2024. "Estamos ajudando o Congresso a cumprir

determinação do STF [Supremo Tribunal Federal] que, de forma inédita, passou a exigir do Congresso o mesmo compro-

misso com a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem o Executivo", disse. Para Haddad, "é importante virarmos a página desses dez anos de muito dispêndio, pouca receita e baixo crescimento".

O ministro voltou a falar que "brevemente devemos rever o crescimento da economia brasileira para além dos 2,5% previstos" pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda. Além da **reforma tributária**, Haddad citou reformas microeconômicas como o novo marco de garantias e observou que o Fundo Monetário Interna-

cional (FMI) elevou, recentemente, o **PIB** potencial da economia brasileira. "Podemos chegar em 2026, se não no grau de investimento, muito próximos disso."

Presente no mesmo evento, o vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que "o governo vai cumprir o arcabouço fiscal". "Rigor fiscal é social, não é economicista", disse em São Paulo.

"Com rigor fiscal nós vamos ter mais investimento e mais emprego", afirmou. "Com rigor fiscal, vamos ter menor **inflação** e, portanto, melhora a renda da população", disse Alckmin.

"Estamos no bom caminho de recuperaras finanças públicas" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955?page=1§ion=2>

Câmara aprova urgência para votação de regulamentação da reforma tributária

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Renan Truffi De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira, por 308 votos a 142, o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto de lei que estabelece as regras de funcionamento do comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), segundo texto do pacote de regulamentação da **reforma tributária** encaminhado pelo governo ao Legislativo. A expectativa é que o mérito seja apreciado nesta terça-feira.

A votação fez parte do esforço concentrado da Casa para avançar em pautas estratégicas em meio ao calendário apertado imposto pelas eleições municipais.

Mais cedo, antes da votação, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, disse que o governo quer convencer os parlamentares a tratarem a regulamentação da **reforma tributária** como "tema central" desse esforço concentrado. Segundo ele, a gestão petista vai "fazer de tudo" para concluir a discussão deste tema ainda em 2024.

"Esperamos votar esta semana o segundo projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária**. O governo vai fazer de tudo para concluir a regulamentação da **reforma tributária**. Confio na disposição dos presidentes das duas Casas para deixar isso como legado. Vamos trabalhar para isso que seja um tema central no esforço concentrado", explicou.

O segundo projeto de regulamentação da reforma define as regras do colegiado que será responsável pro administrar e fiscalizar o imposto sobre consumo de estados e municípios. O primeiro texto, que trata das regras gerais do novo sistema de tributação sobre o consumo, foi aprovado pela Câmara em julho e, agora, será analisado pelo Senado.

De acordo com o texto nas mãos dos deputados, esse comitê será integrado por um Conselho Superior, órgãos subordinados como a Secretaria Geral e a Corregedoria, além de uma Diretoria Executiva - composta por nove diretorias.

Além disso, o colegiado terá 27 membros,

representando cada estado e o Distrito Federal, indicados pelo chefe do Poder Executivo estadual e distrital. Terá ainda outros 27 membros, representando o conjunto dos municípios e do DF, indicados pelos chefes dos Poderes Executivos municipais e distrital. Esses integrantes exercerão essa função por quatro anos.

O texto prevê ainda que o comitê gestor realizará reuniões obrigatórias a cada 3 meses, podendo convocar reuniões extraordinárias quando necessário.

A proposição estabelece ainda que não será cobrado Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação c/ie Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) nos casos em que os bens forem herdados por entidades públicas, religiosas, políticas, sindicais e instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.

A alíquota máxima a ser cobrada deverá ser fixada pelo Senado e será estabelecida por Estados e Distrito Federal sendo progressiva em razão do valor, legado ou doação.

Além disso, a proposta estabelece que os grandes patrimônios serão taxados com alíquota máxima, mas deixa a cargo dos estados regulamentarem qual o valor considerado "grande patrimônio".

Durante a votação, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) elogiou o trabalho do relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) e afirmou que a medida "é um desejo da sociedade há mais de 40 anos". "A sociedade pode ter certeza que está sendo votado o melhor projeto de comitê gestor do IBS", disse o petista.

Por outro lado, a deputada Coronel Fernanda (PL-MT) orientou contra a urgência e destacou que a reforma votada "vai acabar com nosso país". "Nesse momento acabou de subir o PL com mais de 150 páginas. Não tem como votar a urgência se nem nós deputados podemos conhecer o texto. Simplificar não pode ser sinônimo de aumentar imposto. Por isso, o PL orienta não", afirmou a opositora do governo Lula.

Na segunda além de tratar da prioridade para a **reforma tributária**, Alexandre Padilha comentou ainda a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as regras para emendas parlamentares ao Orçamento.

Na conversa com jornalistas, ele negou que o Palácio do Planalto tenha influenciado o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino a suspender o pagamento das chamadas "emendas Pix". Padilha falou sobre o assunto ao ser questionado sobre uma possível retaliação de parlamentares do Congresso, que enxergam a "digital" do governo petista nessa decisão.

"Não tem digital do governo numa decisão da Suprema Corte. Qualquer nova decisão [do STF], o governo vai cumprir. Não cabe ao governo influenciar decisões do STF", disse o ministro.

O assunto é sensível porque, nesta semana, o Congresso realizará um esforço concentrado, quando diversas propostas são levadas à votação de maneira mais célere. Isso significa que os deputados e senadores teriam possibilidade de derrotar o governo, como um recado à gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A desconfiança dos parlamentares vem da proximidade entre Lula e Flávio Dino, ex-ministro da Justiça da gestão petista.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955?page=1§ion=2)**

Segunda etapa da reforma tributária em votação hoje

A Câmara aprovou ontem a urgência para votar a segunda etapa da regulamentação da **reforma tributária**. A expectativa é que o mérito do texto seja votado hoje.

O texto trata das regras de administração do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser arrecadado por estados e municípios. A proposta prevê a controversa cobrança de imposto sobre herança de previdência privada.

O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação foi aprovado pela Câmara em julho e está no Senado. O texto em discussão autoriza estados a taxarem recursos depositados em planos de previdência privada e transmitidos a beneficiários por meio de heranças.

Os deputados estabeleceram que os investidores que ficarem mais de cinco anos no produto financeiro serão isentos do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - que é de competência estadual.

A permissão para os estados taxarem os planos chegou a ser incluída numa primeira versão da proposta, mas foi retirada por decisão do presidente Lula.

CÂMARA dos Deputados: **tributos**

Senado prioriza reoneração da folha e reforma tributária

O Senado volta aos trabalhos nesta semana com a prioridade de votar projetos como a reoneração da folha e a dívida dos Estados.

Também decide se coloca um freio na tramitação da regulamentação da **reforma tributária**, que passou na Câmara em regime de urgência, e vota a medida provisória que prevê ajuda ao Rio Grande do Sul.

Na reunião de líderes na semana passada, foi aprovado um calendário para as próximas semanas, com sessões presenciais de 12 a 16 de agosto e de 2 a 6 de setembro, além de sessões semipresenciais de 19 a 23 de agosto e de 26 a 30 de agosto. A partir daí, os senadores devem se concentrar nas eleições municipais, que ocorrem neste ano.

PAUTAS DO SEGUNDO SEMESTRE

Reoneração da folha

O governo quer reonerar a folha de pagamento de 17 setores da economia e acabar com a isenção de **impostos** que foi criada no governo Dilma Rousseff e tem sido prorrogada desde então.

Projeto do senador Efraim Filho (União-PB) propõe reoneração gradual, começando com 5% em 2025, 10% em 2026 até 20% em 2027. O Supremo deu o prazo de 11 de setembro para uma solução consensual. Sem acordo, a liminar que suspendeu a prorrogação da desoneração da folha até 2027 voltará a valer.

Reforma tributária

A proposição com mais potencial para causar desgaste entre Senado e Câmara trata da urgência na apreciação da regulamentação da **reforma tributária**. Líder da oposição, Marcos Rogério (PL-RO) diz haver "apelo geral" para a retirada da urgência.

Em julho, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) afirmou que "não seria justo" o governo retirar a urgência no Senado depois de tê-la colocado na Câmara, e cobra que os senadores acelerem os trabalhos.

Dívidas dos Estados

Cotado para disputar o governo de MG em 2026, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, apresentou projeto de lei complementar que trata das dívidas dos Estados sob medida para o seu Estado. A primeira reação ao texto foi de insatisfação. Nesta semana, governadores do Nordeste propuseram alterações no projeto, entre elas o aumento do fundo de equalização a ser criado e mudanças nos critérios de distribuição desse dinheiro.

Estatuto da Segurança Privada

Trata da atuação das empresas de segurança e de regras para formação de profissionais. No momento em que o governo prepara uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para fortalecer a atuação federal no combate à criminalidade, a aprovação da proposta é uma tentativa dos senadores de dar protagonismo ao Congresso no debate da segurança pública.

Uso da inteligência artificial

O projeto que regula o uso da inteligência artificial no Brasil ainda não tem previsão de avançar.

O texto, que está em análise na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial, tem sofrido seguidos adiamentos, com forte oposição das big techs.

PEC da Anistia

Apesar da definição que a PEC da Anistia, que livra de punição partidos políticos que cometeram infrações eleitorais, deveria ficar para depois das eleições, o presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirma que a proposta será colocada em votação nesta semana.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-1330fef5fe4f742c1918c585c2da13b3.pdf

Reforma tributária: Câmara deve votar segundo projeto nesta terça

Evandro Éboli

+

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso retomou a normalidade de votações nesta semana e, na Câmara, a **reforma tributária** andou. Os deputados aprovaram, nesta segunda-feira, por 308 votos a favor e 142 contra, a urgência do segundo projeto de regulamentação da matéria, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cujo objetivo é unificar os **impostos** ICMS e ISS. Esse comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. O mérito deve ser votado nesta terça-feira, em plenário.

Na Câmara, o texto do Comitê Gestor do IBS é uma das prioridades do presidente Arthur Lira (PP-AL). Foi discutido por um grupo de trabalho, e o mérito deve ser aprovado nesta semana. No texto, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) incluiu a destinação de 30% das vagas do comitê para mulheres.

Também nesta segunda-feira, o plenário da Câmara aprovou proposta que cria regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), previsão que chegou a ser vetada na sanção do projeto do marco regulatório que tratou do tema. O projeto é de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Mas esse esforço concentrado vai durar poucos dias, e logo os parlamentares retomarão o ritmo de campanhas eleitorais em seus estados. Por conta das eleições municipais de outubro, a Câmara fará dois períodos curtos de esforço neste mês - de 12 a 14 e de 26 a 28 de agosto -, e retorna aos trabalhos entre 9 e 11 de setembro. Ou seja, até as eleições, ocorrerão apenas nove sessões de trabalho na Casa.

No Senado, há várias propostas engatilhadas para serem votadas. O projeto que cria um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta desta quarta-feira do plenário. O texto está sendo costurado entre o governo e o Congresso, que aprovou a prorrogação da desoneração por quatro anos.

A proposta acordada mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com previsão de alíquota

de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

Na Comissão de Constituição e Justiça, está prevista ir a voto Proposta de Emenda à Constituição da Anistia, que isenta os partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores. A PEC da Anistia, como é conhecida, já foi aprovada pela Câmara.

No Senado, um dos destaques da pauta desta terça-feira é a proposta que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso retomou a normalidade de votações nesta semana e, na Câmara, a **reforma tributária** andou. Os deputados aprovaram, nesta segunda-feira, por 308 votos a favor e 142 contra, a urgência do segundo projeto de regulamentação da matéria, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cujo objetivo é unificar os **impostos** ICMS e ISS. Esse comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. O mérito deve ser votado nesta terça-feira, em plenário.

Na Câmara, o texto do Comitê Gestor do IBS é uma das prioridades do presidente Arthur Lira (PP-AL). Foi discutido por um grupo de trabalho, e o mérito deve ser aprovado nesta semana. No texto, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) incluiu a destinação de 30% das vagas do comitê para mulheres.

Também nesta segunda-feira, o plenário da Câmara aprovou proposta que cria regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), previsão que chegou a ser vetada na sanção do projeto do marco regulatório que tratou do tema. O projeto é de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Mas esse esforço concentrado vai durar poucos dias, e logo os parlamentares retomarão o ritmo de campanhas eleitorais em seus estados. Por conta das eleições municipais de outubro, a Câmara fará dois períodos curtos de esforço neste mês - de 12 a 14 e de 26 a 28 de agosto -, e retorna aos trabalhos entre 9

e 11 de setembro. Ou seja, até as eleições, ocorrerão apenas nove sessões de trabalho na Casa.

No Senado, há várias propostas engatilhadas para serem votadas. O projeto que cria um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta desta quarta-feira do plenário. O texto está sendo costurado entre o governo e o Congresso, que aprovou a prorrogação da desoneração por quatro anos.

A proposta acordada mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com previsão de alíquota de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

Na Comissão de Constituição e Justiça, está prevista ir a voto Proposta de Emenda à Constituição da Anistia, que isenta os partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores. A PEC da Anistia, como é conhecida, já foi aprovada pela Câmara.

No Senado, um dos destaques da pauta desta terça-feira é a proposta que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/08/6919058-reforma-tributaria-camara-deve-votar-segundo-projeto-nesta-terca.html>

Reforma tributária: Câmara deve votar segundo projeto nesta terça (congresso)

Evandro Éboli

+

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso retomou a normalidade de votações nesta semana e, na Câmara, a **reforma tributária** andou. Os deputados aprovaram, nesta segunda-feira, por 308 votos a favor e 142 contra, a urgência do segundo projeto de regulamentação da matéria, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cujo objetivo é unificar os **impostos** ICMS e ISS. Esse comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. O mérito deve ser votado nesta terça-feira, em plenário.

Na Câmara, o texto do Comitê Gestor do IBS é uma das prioridades do presidente Arthur Lira (PP-AL). Foi discutido por um grupo de trabalho, e o mérito deve ser aprovado nesta semana. No texto, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) incluiu a destinação de 30% das vagas do comitê para mulheres.

Também nesta segunda-feira, o plenário da Câmara aprovou proposta que cria regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), previsão que chegou a ser vetada na sanção do projeto do marco regulatório que tratou do tema. O projeto é de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Mas esse esforço concentrado vai durar poucos dias, e logo os parlamentares retomarão o ritmo de campanhas eleitorais em seus estados. Por conta das eleições municipais de outubro, a Câmara fará dois períodos curtos de esforço neste mês - de 12 a 14 e de 26 a 28 de agosto -, e retorna aos trabalhos entre 9 e 11 de setembro. Ou seja, até as eleições, ocorrerão apenas nove sessões de trabalho na Casa.

No Senado, há várias propostas engatilhadas para serem votadas. O projeto que cria um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta desta quarta-feira do plenário. O texto está sendo costurado entre o governo e o Congresso, que aprovou a prorrogação da desoneração por quatro anos.

A proposta acordada mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com previsão de alíquota

de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

Na Comissão de Constituição e Justiça, está prevista ir a voto Proposta de Emenda à Constituição da Anistia, que isenta os partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores. A PEC da Anistia, como é conhecida, já foi aprovada pela Câmara.

No Senado, um dos destaques da pauta desta terça-feira é a proposta que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso retomou a normalidade de votações nesta semana e, na Câmara, a **reforma tributária** andou. Os deputados aprovaram, nesta segunda-feira, por 308 votos a favor e 142 contra, a urgência do segundo projeto de regulamentação da matéria, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cujo objetivo é unificar os **impostos** ICMS e ISS. Esse comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto. O mérito deve ser votado nesta terça-feira, em plenário.

Na Câmara, o texto do Comitê Gestor do IBS é uma das prioridades do presidente Arthur Lira (PP-AL). Foi discutido por um grupo de trabalho, e o mérito deve ser aprovado nesta semana. No texto, o relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) incluiu a destinação de 30% das vagas do comitê para mulheres.

Também nesta segunda-feira, o plenário da Câmara aprovou proposta que cria regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), previsão que chegou a ser vetada na sanção do projeto do marco regulatório que tratou do tema. O projeto é de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara.

Mas esse esforço concentrado vai durar poucos dias, e logo os parlamentares retomarão o ritmo de campanhas eleitorais em seus estados. Por conta das eleições municipais de outubro, a Câmara fará dois períodos curtos de esforço neste mês - de 12 a 14 e de 26 a 28 de agosto -, e retorna aos trabalhos entre 9

e 11 de setembro. Ou seja, até as eleições, ocorrerão apenas nove sessões de trabalho na Casa.

No Senado, há várias propostas engatilhadas para serem votadas. O projeto que cria um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta desta quarta-feira do plenário. O texto está sendo costurado entre o governo e o Congresso, que aprovou a prorrogação da desoneração por quatro anos.

A proposta acordada mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com previsão de alíquota de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

Na Comissão de Constituição e Justiça, está prevista ir a voto Proposta de Emenda à Constituição da Anistia, que isenta os partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores. A PEC da Anistia, como é conhecida, já foi aprovada pela Câmara.

No Senado, um dos destaques da pauta desta terça-feira é a proposta que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/08/6919058-reforma-tributaria-camara-deve-votar-segundo-projeto-nesta-terca.html>

ITCMD: STF vai analisar se imposto sobre herança deve incidir sobre previdência privada

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai começar a analisar na próxima semana se o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) deve ser cobrado tanto sobre o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) quanto sobre o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) em caso de falecimento do titular. Atualmente, há regras conflitantes nos estados, e o assunto é discutido na regulamentação da **reforma tributária**.

O julgamento ocorrerá no plenário virtual, entre os dias 23 e 30 de agosto. O relator é o ministro Dias Toffoli . Há dois anos, o STF decidiu que o caso deve ter repercussão geral.

O caso chegou ao STF devido a uma lei do Rio de Janeiro, que autorizava a cobrança nos dois planos de previdência privada. O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), no entanto, considerou a cobrança sobre o VGBL inconstitucional. O entendimento foi questionado no STF.

O ITCMD é cobrado de transferências para herdeiros, como heranças ou doações. Entretanto, há divergências sobre a natureza do PGBL e do VGBL, para determinar se deve ocorrer cobrança. No TJRJ, o entendimento foi de que o segundo tipo funciona como um seguro de pessoa. Já o estado do Rio alegou, no recurso ao STF, que se trata de um seguro por sobrevivência, e não de vida, e que por isso seria destinado ao próprio beneficiário.

- (O STF vai) Avaliar se, no momento do falecimento do titular do plano haveria ou não uma transmissão causa mortis dos valores apta a justificar a incidência do ITCMD, ou se nós estaríamos diante de valores que se configurariam recorrentes de um seguro e, consequentemente, não estariam nessa base de incidência - afirma Caroline Pomjé, professora da FGV Direito SP.

Ao defender análise de repercussão geral, em 2022, Toffoli ressaltou que há decisões divergentes entre os estados e é preciso dar um tratamento nacional. Isso evidência a existência de divergência de tratamento a respeito da matéria constitucional entre Tribunais de Justiça, ao menos no que diz respeito ao PGBL. É,

assim, extremamente recomendável que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie quanto à tributação, pelo ITCMD, sobre os referidos planos, conferindo-se tratamento nacional uniforme sobre o assunto , escreveu o ministro.

O tema também tem sido discutido na regulamentação da **reforma tributária**. No mês passado, o grupo de trabalho de deputados que analisa o segundo projeto de lei da regulamentação decidiram criar um meio-termo : haveria uma isenção do ITCMD, mas apenas depois de cinco anos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/13/itcmd-stf-vai-analisar-se-imposto-sobre-heranca-deve-incidir-sobre-previdencia-privada.ghtml>

Campos Neto vai hoje à Câmara explicar taxa de juros

Gabriel Sabóia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vai à Câmara dos Deputados nesta terça-feira participara de reunião das comissões de Desenvolvimento Econômico; e de Finanças e Tributação.

De acordo com a pauta da comissão, o objetivo da reunião é esclarecer a política monetária e cambial do país e a fiscalização do sistema financeiro nacional .

A presença dele no colegiado marca a volta dos trabalhos das comissões da Casa nesta semana, depois do recesso parlamentar. A expectativa é de que membros da oposição aproveitem a oportunidade para fazer perguntas que possam constranger o governo.

Campos Neto vem sendo alvo de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Através dos questionamentos, acreditam os opositores, o presidente do BC poderia admitir que as falas de Lula vêm causando instabilidade no cenário econômico, por exemplo.

Lula já chegou a dizer que não é correto governar o país com um presidente do BC indicado por outro presidente. A lei, entretanto, define que o presidente do Banco Central terá mandato de quatro anos não coincidente com o do presidente da República. Lula também criticou Campos Neto publicamente por participar do jantar com Tarcísio e disse que ele tinha "lado político" e que "quase assumiu candidatura a um cargo no governo de São Paulo".

O presidente também afirmou que o comportamento da instituição é a única coisa desajustada na economia do país. E comparou Campos Neto ao ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR), que foi o responsável por condená-lo na Lava-Jato. Segundo o petista, Campos Neto tem lado político e não demonstra capacidade de autonomia .

Depois das críticas de Lula a Campos Neto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a autonomia do Banco Central. Lira citou a autonomia do BC como uma das medidas apoiadas pela Câmara, em sua gestão, para impedir retrocessos .

- A Câmara tem apoiado reformas econômicas e

impedido retrocessos. A autonomia do Banco Central, às vésperas do Copom, aumentou a credibilidade da nossa política monetária. O nosso arcabouço fiscal e a reforma tributária racionalizam a nossa política fiscal - disse Lira.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/13/campos-neto-vai-hoje-a-camara-explicar-taxa-de-juros.ghtml>

Paredão - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

As pessoas idosas não precisam de tutela. A proposta para criação de um Conselho Tutelar não pode nem deve ser aceita. Ao que parece, é mais um órgão a ser instalado para o empreguismo de políticos. O proponente, deputado Yuri do Paredão, do Projeto de Lei nº5.363 de 2023, deveria se preocupar ou se ocupar em dar apoio ao pleno funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais em defesa das pessoas idosas, assim como a aprovação imediata do PL-4434/2008, atualizando e regularizando os proventos dos aposentados e pensionistas, defasados há 33 (trinta e três) anos e que está na dependência da Câmara Federal há mais de 16 (dezesseis) anos. As pessoas idosas construirão um paredão intransponível e fortalecido para impedir terminantemente que a ideia infeliz dessa intenção seja definitivamente arquivada.

PROJETO

O Projeto de Lei nº4434/2008, o qual insistimos pela sua aprovação dos deputados federais e homologação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva corrige um malfeito que vem causando prejuízos incalculáveis aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social**, segurados do **INSS**, vinculados à **Seguridade Social**. Prejuízos que se acumulam, como já dissemos anteriormente, há mais de 33 (trinta e três) anos, prejudicando de forma perversa a qualidade de vida de milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros. Procedimento irregular que exige correção imediata, uma vez que recursos financeiros não faltam e estão contabilizados na conta **Seguridade Social** e disponibilizados em orçamento próprio.

ENVELHECER

É obrigação e dever de todos saber envelhecer.

Nenhuma nação poderá alcançar a plenitude de suas potencialidades se não houver a sensibilidade e conscientização dos governantes, da sociedade, da família para de uma forma firme e convicta, proporcionar à sua população o saber como fundamento primordial de cidadania, elevando-se a autoestima do envelhecimento para se ter uma vida digna.

Portanto, devemos estar cientes que a máquina humana precisa de cuidados especiais e constantes, principalmente nas questões que dizem respeito à

alimentação e a prática regular de exercícios físicos. Previna-se para ter o envelhecimento merecido e saudável.

ALZHEIMER

"É um transtorno neurodegenerativo progressivo e fatal que se manifesta pela deterioração cognitiva e da memória, comprometimento progressivo das atividades de vida diária e uma variedade de sintomas neuropsiquiátricos e de alterações comportamentais".

Pesquisa sobre esta doença efetivada pelo médico brasileiro Ricardo Nutrini, que é professor da USP, o fez ganhador de prêmio internacional.

É um acontecimento de registro exemplar que aposentados, pensionistas e pessoas idosas não poderiam deixar de cumprimentá-lo com efusivos parabéns, almejando pleno sucesso em todas as suas empreitadas relacionadas à saúde da pessoa idosa.

ATENÇÃO

Os homens têm que prestar mais atenção à sua saúde. Não podem se descuidar omitindo-se na consulta de um médico para saber como está o seu organismo. A reportagem de O Liberal de quarta-feira passada, dia 7, nos fornece informações importantes e próprias para observações, principalmente dos omissos. Vejamos esta do presidente da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU-RJ): "A mulher sai do pediatra e vai para o ginecologista.

O homem sai do pediatra e fica 'abandonado'.

Só vai a médico ao sentir alguma coisa. O homem precisa de atendimento também". Vamos nos conscientizar que a saúde é prioridade em nossas vidas. Assim sendo, o homem não pode nem deve postergar a consulta médica.

OLIMPÍADAS

Aposentados, pensionistas e pessoas idosas, assistem com alegria e entusiasmo as competições esportivas que estão sendo realizadas em Paris, aplaudindo não só os ganhadores de medalhas olímpicas, mas todos os brasileiros atletas que se dispuseram a representar o Brasil.

Consideram uma festa exemplar e de grande e significativa importância para a nossa juventude e

torcem para que mais medalhas de ouro, prata e bronze sejam conquistadas, elevando o nome do nosso país para todo o planeta. Parabéns a todos os atletas.

AMOR

"O amor tem um cunho que se chama sacrifício.

Quem não sabe se sacrificar, também não sabe amar"
(Dom Bernardo Schuch).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Campos Neto reforça compromisso do BC

FERNANDA STRICKLAND

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reforçou que o BC fará "o que for preciso" para a **inflação** estar na meta. A afirmação foi feita, ontem, durante palestra no evento de inauguração do novo campus da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP).

Segundo ele, há uma coesão entre os diretores, e a mensagem "inequívoca e consensual" é de que o Banco Central vai fazer o que for preciso para trazer a **inflação** para a meta. "É muito importante, independente de quem seja o presidente de qual seja o mandato. Isso está muito sedimentado no grupo que a gente tem hoje e nos debates que nós fazemos", afirmou.

Campos Neto ressaltou que a **inflação** acumulada em 12 meses no Brasil - que alcançou em julho o teto da meta, de 4,5% - vinha desacelerando e recentemente "subiu um pouquinho", ponderando que os itens menos voláteis estão relativamente comportados.

Na apresentação, Campos Neto disse que as políticas fiscal e monetária são fatores que geram incerteza e elevação de prêmio de risco no país, argumentando que o BC tem feito esforço para mostrar que trabalha com seriedade para levar a **inflação** à meta de 3%.

O presidente do BC explicou também que ainda é possível ter uma recessão nos Estados Unidos, risco que vem mexendo com as bolsas internacionais e o mercado de câmbio.

O chefe da autoridade monetária brasileira declarou, contudo, que este não é o cenário mais provável.

"Diria que, nos EUA, a **inflação** está convergindo. A gente acha que tem elementos que apontam para uma desaceleração da economia. Não parece o cenário mais provável uma desaceleração muito forte e uma recessão grande, mas obviamente existe essa possibilidade", declarou. Campos Neto também disse que a economia em recessão "não parece ser" o que o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) está indicando.

O chefe da autarquia também reforçou que o BC tem feito tudo que é possível para mostrar que é técnico. "A gente tem feito o máximo possível no sentido de mostrar que é técnico, que o grupo é coeso, que não importa quem vai estar lá que o BC vai agir sempre de

forma técnica", disse. Ele ressaltou ainda, que não importa se ele será o presidente da autarquia.

"Não importa se eu vou estar lá, se eu não vou estar lá, quem vai estar lá. Nós obtivemos autonomia para isso", declarou.

Próximo mandato Em outro evento em São Paulo, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, desconversou sobre a afirmação de que será o nome indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir o posto de presidente da autoridade monetária a partir de 2025, no lugar de Campos Neto. Galípolo é o nome mais cotado para assumir o comando do BC em janeiro.

Ele evitou falar sobre o assunto e elogiou Campos Neto. "A única pessoa que pode indicar quem vai ser o próximo presidente do BC é o presidente da República, e depende, inclusive, de aprovação do Senado", pontuou.

Galípolo também defendeu a necessidade de elevar a credibilidade da autoridade monetária.

Para isso, o diretor de Política Monetária destacou a necessidade de "falas e ações que sejam coerentes".

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6283/12-08-2024.html?all=1>

Galípolo afirma que elevação dos juros "está na mesa" do Copom

I DANIEL TOZZI MENDES, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS e EDUARDO LAGUNA

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a autarquia depende de novos dados sobre a evolução da **inflação** e que uma alta da Selic (a taxa básica de juros) "está na mesa" do Copom. Segundo Galípolo, o colegiado também não forneceu nenhum guidance (sinalização) para decisões futuras na ata da última reunião, que aconteceu no final de julho.

Segundo ele, a menção na ata a cenário alternativo em que o IPCA ficaria em 3,2% no primeiro trimestre de 2026 - considerando hoje o horizonte relevante da atual política monetária - não deve ser lido como um indicativo de que o BC irá, necessariamente, manter a Selic parada em 10,5%. "Essa frase foi lida como retirar da mesa a possibilidade de alta, mas esse não é o diagnóstico. A alta está na mesa do Copom e precisamos ver como a situação irá se desdobrar", afirmou Galípolo, durante evento promovido pela Warren Investimentos.

Ele disse que a atuação do colegiado saiu de um ciclo de corte para uma percepção de que o Copom está disposto a conviver com um juro mais alto por mais tempo e que, se for necessário, pode haver alta de juro.

Quando questionado sobre os impactos da política fiscal no trabalho do BC, Galípolo respondeu que o desenrolar da política fiscal não pode mudar a percepção do BC sobre a perseguição da meta de **inflação**.

"Enquanto diretor do BC, vamos perseguir (a meta da **inflação**).

Isso pode se dar com um custo maior ou menor." Ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Galípolo é visto hoje como o nome mais forte para ocupar o lugar do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, cujo mandato se encerra no fim do ano.

Nos últimos dias, ele tem dado declarações que endossam um aperto na política monetária, no caminho contrário ao que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem defendendo desde o início do governo. Na quinta-feira passada, por exemplo, Galípolo disse

que não faria sentido ser indicado diretor do BC sem poder aumentar os juros.

Ainda ontem, em palestra na FGV, Campos Neto afirmou que, independentemente de quem seja seu sucessor, o BC terá um compromisso "inequívoco" de trabalhar para levar a **inflação** à meta. "Temos tido mensagem inequívoca e consensual de que o BC fará o que precisar para trazer a **inflação** para meta", disse ele.

"Isso está bem sedimentado no grupo que temos hoje e no debate que fazemos." CÂMBIO. Ainda durante o evento de ontem, o diretor do BC disse que não vê um problema de liquidez no mercado à vista de câmbio e reforçou a mensagem de que só haverá intervenções no caso de "disfuncionalidade". "Pela janela da disfuncionalidade, o BC não viu motivos para intervir no câmbio. Isso não significa que não vamos atuar", declarou ele.

Sem o estresse que marcou os negócios em outros dias, o dólar fechou ontem em queda de 0,34%, cotado a R\$ 5,49. Foi a primeira vez desde 17 de julho que a moeda americana ficou abaixo, no fechamento, do piso psicológico de R\$ 5,50.

"Enquanto diretor do BC, vamos perseguir (a meta da **inflação**). Isso pode se dar com um custo maior ou menor" Gabriel Galípolo Diretor de Política Monetária do Banco Central

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Campos Neto: BC fará "o que for preciso" para cumprir meta

JOÃO SORIMANETO SÃO PAULO

O Banco Central (BC) fará o que for preciso para levar a inflação para a meta, independentemente de quem esteja no comando, afirmou ontem o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, em evento de inauguração do novo campus da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGVEESP), em São Paulo.

- A gente tem tido uma mensagem inequívoca e consensual de que o BC vai fazer o que for preciso para trazer a inflação para a meta, é muito importante, e é independente de quem seja o presidente, de qual seja o mandato, isso está bem sedimentado no grupo que temos hoje -disse Campos Neto.

Ele ressaltou que o BC tem feito o máximo possível para mostrar que é técnico: - Obtivemos autonomia para isso. O BC está fazendo tudo o que pode, vai agir com seriedade e não vai poupar esforços. Então, acredito que esse prêmio de risco (sobre as expectativas de inflação) tende a diminuir.

Sobre a questão fiscal, o presidente do BC afirmou que o governo está fazendo um esforço fiscal grande e importante, mas que é preciso olhar também o médio prazo.

Com relação à turbulência ocorrida nos mercados globais na semana passada, por temor de uma possível recessão nos Estados Unidos, Campos Neto vê um ambiente que deve ser de volatilidade daqui para a frente. Mas considera pouco provável um cenário de desaceleração forte da maior economia do mundo: -Houve sinais de desaceleração da economia americana, mas uma recessão não parece ser o cenário mais provável -afirmou.

Campos Neto disse ainda que, independentemente de quem ganhar a eleição presidencial americana, a política econômica não deve ser muito austera.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aumento de juros está "na mesa", diz Galípolo

ANA FLÁVIA PILAR anacostaiaoglobo.com.br

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que um eventual aumento na taxa básica de juros (a Selic, hoje em 10,5% ao ano) está na mesa, diante de casos inesperados e dos impactos sobre os mercados mundiais -como na segunda-feira da semana passada, com a maior queda na Bolsa de Tóquio desde 1987.

Para o economista, que deu as declarações durante o 2-Warren Institutional Day, evento de finanças organizado pela gestora e corretora Warren Investimentos, em São Paulo, o cenário é "desconfortável" para o cumprimento da meta de **inflação**, de 3% no ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, número 2 do ministro Fernando Haddad, Galípolo é cotado para assumir a presidência do BC no ano que vem, com o fim do mandato do atual presidente, Roberto Campos Neto. Por isso, investidores acompanham de perto suas declarações, atrás de pistas sobre como o BC poderá se comportar após a troca de comando.

Galípolo afirmou também que não há uma relação mecânica entre o comportamento da taxa de câmbio e a política de juros, já que o BC acompanha uma série de variáveis para definir o nível da Selic, como as expectativas de **inflação**, o mercado de trabalho e a trajetória do mercado de crédito.

-As vezes, o que é notícia boa para alguns, para a gente é um tipo de preocupação. O IPCA não veio só maior, mas também com uma composição que traz uma série de alertas -disse Galípolo, citando a persistência da **inflação** dos serviços e o nível dos juros dos EUA.

No mesmo evento de ontem, o ministro Haddad disse, em participação por vídeo, que a equipe econômica deverá rever a projeção de crescimento econômico. Hoje, a Fazenda estima um avanço de 2,5%. Haddad disse também que espera que o Brasil alcance ou chegue próximo ao "grau de investimento" -o nível de nota de risco de crédito, na escala das principais agências de classificação do mundo, a partir do qual os títulos soberanos de um país são considerados

seguros -em dois anos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar cai para R\$ 5,49; juro futuro e Bolsa sobem

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@ogtobo.com.br

O dólar fechou ontem com queda de 0,34%, a R\$ 5,495, a menor cotação desde 17 de julho. A moeda chegou a alcançar o piso de R\$ 5,47 durante as negociações do dia. O recuo da moeda americana para menos de R\$ 5,50 aconteceu apenas uma semana depois da chamada "segunda-feira sangrenta", quando os mercados de ações globais despencaram e o dólar chegou a R\$ 5,86.

- Já imaginávamos alguma descompressão, especialmente relacionada à dissipação de temores com recessão nos EUA e o desmonte das operações de carry trade com o iene japonês -afirmou Rodolfo Margato, da XP.

Para ele, as pressões sobre a moeda se mantêm. Do lado doméstico, pesam a condução das contas públicas e até mesmo o direcionamento a ser dado na política monetária. Do lado internacional, pesam os temores de uma desaceleração maior nos EUA e as tensões geopolíticas.

TENSÃO GEOPOLÍTICA

A moeda opera acima dos R\$ 5 desde o fim de março, quando a desconfiança com a condução das contas públicas promoveu uma valorização da moeda. Mas também houve fatores globais: tensões no Oriente Médio, desmonte de carry trade com o iene japonês, a leitura da economia americana desacelerando mais rápido e até o apagão global da Microsoft, em julho.

Para Julia Gottlieb, economista do Itaú, é difícil cravar uma direção para o dólar. O banco prevê o câmbio a R\$ 5,50 no fim deste ano.

-Sempre se tem o imponderável, que não se consegue mapear. Ainda há risco geo-político no Oriente Médio, que é difícil de prever, e tem o principal, internacional: o que os dados de emprego dos EUA vão apresentar -afirma ela, indicando que há dúvidas sobre a velocidade em que a economia americana desacelera.

No mercado acionário, o Ibovespa encerrou em alta de 0,38%, aos 131.116 pontos. As ações da Petrobras avançaram 2,79%, com os papéis surfando na alta do petróleo tipo Brent, que chegou a subir mais de 3%. A

ação da Americanas (AMER3) recuou 14,81% e foi uma das maiores baixas da B3. A Azul (AZUL4), que divulgou seu balanço e registrou um prejuízo de R\$ 3,8 bilhões no segundo trimestre, fechou em queda de 11,95%. Entre as maiores altas, Casas Bahia (BHIA3) avançou 11,8%.

Os juros futuros apresentaram avanço ao longo de toda a curva no encerramento das negociações de ontem, depois de falas em tom mais duro da diretoria do Banco Central. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, reforçaram o foco na manutenção da **inflação** dentro da meta e a perspectiva de uma política de juros mais conservadora por parte do Copom.

A taxa DI para janeiro de 2025 aumentou para 10,765% (ante fechamento de sexta-feira a 10,74%); para janeiro de 2026, a taxa recuou para 11,565% (ante 11,50%); para janeiro de 2027, terminou negociada a 11,56% (ante 11,50%); Para janeiro de 2028, 11,60% (ante 11,535%); para janeiro de 2029, a taxa encerrou o dia a 11,62% (ante 11,565%).

O Boletim Focus, do BC, divulgado ontem, prevê uma **inflação** mais alta no fechamento deste ano. Na semana passada, a estimativa era de **inflação** de 4,12%. Agora, os agentes econômicos projetam um IPCA de 4,2% no fim de 2024. É mais uma "desancoragem" do centro da meta (3%), mas ainda abaixo do teto (4,5%). Para 2025, houve ligeira redução na previsão da **inflação**, para 3,97%.

INFLAÇÃO NOS EUA

Ainda para este ano, a maioria dos agentes prevê que o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá 2,2%. Para a taxa básica de juros (Selic), a estimativa é de que o Copom manterá o patamar atual, de 10,5% ao ano. A projeção para o câmbio está em R\$ 5,30 para o fim de 2024, bem abaixo da cotação atual.

- Mexe com o dólar um maior apetite global por ativos de risco e a percepção do mercado de que o possível futuro indicado para a presidência do BC (Galípolo) terá uma gestão mais técnica do que política -avalia Elson Gusmão, diretor de câmbio da Ourominas.

A espera dos dados de **inflação** nos EUA, as Bolsas

de Nova York encerraram a segunda-feira sem direção definida. O índice Dow Jones fechou em queda de 0,36%; o S P 500 fechou estável; e a Nasdaq, que concentra papéis de tecnologia, encerrou em ligeira alta de 0,21%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para gestores, BC está mais próximo de subir a Selic

Adriana Cotias De São Paulo

Depois de ajustar o discurso para recompor a credibilidade com a proximidade da transição no Banco Central (BC), o Comitê de Política Monetária (Copom) deve caminhar para aumentar a Selic já a partir da próxima reunião, segundo três gestores de assets de referência no setor: André Raduan, da Genoa Capital; Bruno Serra Fernandes, da Itaú Asset; e Luiz Parreiras, da Verde Asset.

Ao participarem de evento da Warren Investimentos, os comentários foram na linha de que desde as falas do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, na semana passada, incluindo a do evento de ontem, os ativos domésticos reagiram à leitura de quem quer que assuma o comando do BC, no lugar de Roberto Campos Neto em 2025, vai seguir o script de preservar a meta de **inflação** - mesmo que às custas de juros mais altos.

Como os últimos dados do IP-CA projetam uma taxa superior já para o ano que vem, o colegiado não deve ter alternativa a não ser confirmar na ação o discurso da austeridade.

O desemprego, sob várias métricas, está abaixo do esperado, afetando salários e renda, a atividade tem se mostrado mais forte, e o próprio modelo do BC aponta para uma **inflação** acima da meta, disse Raduan. "A discussão é meio tranquila de que vai ter que subir os juros, acho que é a decisão correta para ancorar as expectativas e diminuir o prêmio de risco", comentou. "Aí as chances para o ano que vem são de cortes maiores." Se o câmbio estivesse num intervalo entre R\$ 4,90 e R\$ 5,00, o BC poderia manter a Selic nos atuais 10,5% ao ano por mais tempo. Mas, com a economia pujante, o desemprego nas mínimas, após forte impulso fiscal no ano passado e neste, se a **inflação** começar a rodar acima da meta, isso vai jogar as expectativas para cima, segundo Parreiras.

"O câmbio desestabiliza uma figura que já era complexa, talvez vá demandar uma postura mais dura do BC. [O dólar] Saiu de R\$ 5 no fim de 2023 para R\$ 5,70 recentemente, é quase inexorável e com certeza impactou as expectativas de maneira forte", afirmou Parreiras. "Difícilmente não vai ter uma alta para tomar de volta o controle [inflacionário]." Serra, ex-diretor de política monetária do BC, disse que vinha pensando a

percepção dos investidores em relação ao futuro do BC, porque havia desconfiança de que haveria algum constrangimento para exercer o seu papel institucional. "Os BCs sobem juros quando precisam e caem quando podem, não existe equilíbrio da moeda se há qualquer limitação nesse processo." Como a válvula da incerteza foi a depreciação cambial, houve alta das expectativas inflacionárias. "O câmbio provavelmente estaria muito mais perto de R\$ 5 do que de R\$ 6 se a gente não tivesse passado por essa dúvida. O fato é que essa dúvida vai ser aos poucos esclarecida, no seu tempo." Quando o mercado interpretou que o BC será o mesmo de sempre, rapidamente as taxas longas recuaram. Essa postura foi lida que o próximo passo vai ser subir os juros pelo cenário mais desafiador, afirmou Serra.

Mesmo com a descompressão dos últimos dias, ele não acha que vá tirar o Copom da rota de alta de juros. Parafrazeando Galípolo, que falou no painel anterior, ele disse que o BC não pode comemorar o fato de a atividade econômica estar mais forte, tem que prestar atenção "e tirar a bebida da sala quando os adolescentes passam do limite".

Parreiras acrescentou que até a bolsa se valorizou por causa da queda dos juros longos, refletindo-se "num ganho de credibilidade quase instantâneo". O prêmio de risco medido pelo CDS também recuou. "Entre estar num ciclo vicioso e virtuoso parece meio simples, uma coisa mágica da credibilidade. O mercado age rápido quando vira a chave." Enquanto no Brasil o BC deve caminhar para uma alta de juros, nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, o BC americano) tende a iniciar seu ciclo de reduções. Serra acredita que o Fed, de Jerome Powell, não deveria fazer uma redução rápida das suas taxas de referência, precisa ser cuidadoso, não advogar pelo corte acelerado, "deixando o mercado precificar um ciclo mais longo, ele colhe um efeito mais benigno". Ele acrescentou que nos Estados Unidos, o efeito da política monetária na atividade é mais rápido, não tem a mesma defasagem que se observa no Brasil.

Raduan afirmou que a Genoa não trabalha com uma alta probabilidade de recessão porque tanto a população quanto as empresas americanas estão desalavancadas.

Parreiras, da Verde, comentou, contudo, que

historicamente o desemprego nos EUA não sobe devagar, a taxa não é linear e esse é o maior risco. "A economia é tão pujante que é difícil olhar as condicionantes micro, é mais atitudinal, é difícil modelar quando acontece o desemprego." O gestor acha muito provável o Fed fazer até três reduções de juros até 2025. "Na minha cabeça, eventualmente pode ser mais rápido." O argumento para que venha uma primeira redução de 0,50 ponto percentual é que o Fed considerou fazer um corte em julho que não levou adiante, considerou."

"Banco Central precisa tirar a "bebida da sala quando os adolescentes" passam do limite" Bruno Serra

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955>

Autoridades do Copom minimizam ajuda do Fed

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e o campeão das apostas para sucedê-lo no cargo, Gabriel Galípolo, minimizaram ontem a possível ajuda que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) poderá dar ao Brasil com o início do seu ciclo de corte de juros.

Por que isso é importante: o Comitê de Política Monetária (Copom) disse que vai acompanhar a evolução dos dados até a sua próxima reunião, em setembro, para decidir se mantém ou sobe os juros, e a política monetária americana é um dos principais fatores que analistas do mercados dizem que podem ajudar a ter juros menores no Brasil.

Em um evento pela manhã na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP), Campos Neto disse que cortes mais agressivos nos juros americanos dependeriam de uma recessão, algo que por enquanto não está claro.

"Chegou, em algum momento, a precificar um "front load", ou seja, cortar mais na frente, mais do que 25 pontos-base", disse Campos Neto. "Para que isso aconteça, teria que ter alguma coisa que de fato sinalizasse uma recessão. Não parece ser o que o Fed está indicando." Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central, foi na mesma linha que Campos Neto, procurando esfriar um pouco as esperanças de que a política monetária nos Estados Unidos possa ajudar o Brasil, levando a uma apreciação do real.

"Boa parte das expectativas sobre cortes da política monetária americana podem estar no preço. É preciso lembrar disso", afirmou. Para ele, portanto, uma eventual concretização dos cortes de juros pode não representar, necessariamente, uma mudança no cenário para o Brasil.

O Copom se reuniu pela última vez em fins de julho, antes das notícias mais recentes sobre a fragilidade da atividade econômica nos Estados Unidos que alimentaram receios do mercado sobre uma possível recessão.

A ata dessa reunião diz que o cenário central do Copom pressupõe desaceleração dos EUA e o início de flexibilização. "Vislumbra-se um cenário de redução

gradual da **inflação** e da atividade e um início cauteloso da **flexibilização monetária**", afirma o documento, que foi divulgado na semana passada, Galípolo chegou a dizer que, dependendo de como ocorrer, uma desaceleração mais forte da economia americana poderia ter um efeito negativo, e não apenas positivo, como grande parte do mercado acredita. "Você pode ter um processo de desaceleração tão abrupta que pode chegar a um momento de aversão a risco e acabar sendo ainda pior para países emergentes", disse, em evento da Warren Investimentos.

Galípolo voltou a falar que o Copom está olhando mais coisas na sua decisão do que o dólar e citou, em especial, o aquecimento da economia e a alta **inflação** do setor de serviços. Alguns analistas acreditam que a estratégia do BC seja aproveitar eventuais ganhos de ventos externos, sem baixar a guarda na política monetária, para fazer as expectativas convergirem à meta de **inflação**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955>

Morre Delfim, czar da economia na ditadura e conselheiro de Lula

Claudia Safatle e Sérgio Lamucci De Brasil ia e São Paulo

O ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento Antonio Delfim Netto morreu na segunda-feira, aos 96 anos. Ele estava internado desde a semana passada no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Por mais de cinco décadas, foi personagem e testemunha da história econômica e política do Brasil. Foi de office boy da Gessy Lever ao mais poderoso ministro da Fazenda do país; de czar da economia durante boa parte da ditadura a conselheiro de Luiz Inácio Lula da Silva; e de patrono do "milagre" brasileiro ao principal encarregado de gerir o país na quebradeira dos anos 1980.

De 1967 a 1974, como ministro da Fazenda dos governos dos generais Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, tomou o comando de toda a economia, tarefa facilitada pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), medida que apoiou com entusiasmo. Tinha, ao alcance das mãos, um orçamento infinito chamado de "conta movimento" que registrava as operações do Banco do Brasil como agente financeiro do Banco Central.

A segunda passagem de Delfim pelo governo militar não teve o mesmo sucesso. Depois de ocupar o Ministério da Agricultura por alguns meses em 1979, assumiu o Planejamento em substituição ao então ministro Mário Henrique Simonsen, que se demitiu antes mesmo de elaborar o orçamento do exercício seguinte. Há uma versão da história que diz que Delfim derrubou Simonsen e terminou de quebrar o país. Não é a sua. Ele conta que Simonsen, em 1979, já tinha plena consciência de que o Brasil estava inexoravelmente quebrado e não haveria nada a fazer a não ser um duro programa de ajuste, que o presidente João Figueiredo não aprovou.

Delfim comandou a economia até 1985, o ano do fim da ditadura. No lugar da abundância do "milagre", teve de administrar a massa falida: o segundo choque do petróleo e do salto dos juros internacionais multiplicou o endividamento e os encargos financeiros dele decorrente, em 1982 os mercados pararam de emprestar ao país e instalou-se uma crise cambial que só veio a ser solucionada na década seguinte.

Delfim deixou o poder e foi eleito deputado federal por

cinco mandatos consecutivos. Participou da elaboração da Constituição de 1988 e se destacou como voz no debate econômico no parlamento. Crítico da sobrevalorização do câmbio na primeira fase do Real, também não poupou ataques ao nível dos juros que prevaleceram após a adoção do plano de estabilização.

Neto de imigrantes italianos, nasceu em 1-de maio de 1928. Foi casado com Mercedes, que morreu em 2011. Depois da morte de sua mulher, oficializou a união com Gervásia Diório, mãe de sua filha, Fabiana, que lhe deu um neto, Rafael. A ideia inicial de Delfim era estudar engenharia, mas não havia dinheiro na família para que ele fizesse um curso em que não seria possível trabalhar ao mesmo tempo. Escolheu economia, entrando na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1948. Delfim publicou a sua tese em 1959. Intitulada "O problema do café no Brasil", tornou-se obra de referência. Foi à FEA-USP que, em 2012, Delfim doou a sua biblioteca.

Em 1964, o ex-ministro dava aulas na FEA-USP e "fazia bicos na Confederação Nacional da Indústria e na Associação Comercial de São Paulo", como relata Elio Gaspari, em "A Ditadura Derrotada". Em 1966 assumiu a secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, na gestão de Laudo Na-tel. Ao ministério da Fazenda chegou um tanto por acaso.

O presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969) precisava de alguém para fazer uma exposição sobre agricultura. Ruy Gomes de Almeida, então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, indicou Delfim. "O presidente mandou me convidar, levei uns gráficos e dei uma aula sobre agricultura. Nos despedimos e não nos vimos mais. Até que uns três meses antes da sua posse entrou no meu gabinete, na Secretaria da Fazenda de SP, um coronel com uma carta. Era o Mário Andreazza, com uma carta do Costa e Silva, me convidando para ser ministro da Fazenda". Não havia completado 39 anos quando assumiu a pasta, na qual ficou até o fim do governo Médici, em março de 1974.

O crescimento exuberante da economia o transformou na personificação do período. Em "A Ditadura Derrotada", Gaspari conta que, em quatro anos, Delfim "saíra 18 vezes na capa da revista "Veja", uma na

edição latino-americana da "Newsweek" e outra, como Super-Homem, na "Institutional Investor". Entre 1967 e 1973, o **PIB** quase dobrou, crescendo 96,5%. Em 1973, a economia brasileira cresceu 13,97%.

"Controlava diretamente o Banco Central, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, geria as grandes caixas dos fundos e dos incentivos", conta Gaspari, dimensionando o poder acumulado por Delfim. Em sua gestão, terminou com a nascente independência do Banco Central (BC), ao trocar Dênio Nogueira, que havia assumido o cargo em 1964, com a criação da instituição, por Rui Leme. "O Dênio era um sujeito muito competente, mas praticava uma política muito restritiva", disse Delfim, em entrevista ao Valor em fevereiro de 2012. A medida irritou Roberto Campos, um dos idealizadores do BC independente, ao lado de Octavio Gouvêa de Bulhões.

Delfim reconhecia a importância decisiva do trabalho feito nos anos anteriores à sua gestão pela dupla Campos e Bulhões para o sucesso da economia no milagre. "Quando eu entrei no ministério o serviço já estava feito. O professor Bulhões e o Roberto Campos tinham terminado a obra de salsicharia". Gaspari conta que os dois "havam recebido o Tesouro com US\$ 300 milhões em contas atrasadas e entregaram-no com US\$ 400 milhões de reservas cambiais. Baixaram a **inflação** de 90% para 25% ao ano e reduziram o déficit federal de 4,2% para 1,1% do **PIB**. O conjunto da economia, que em 1963 crescera apenas 1,6%, expandira-se 5,1% em 1966". O país beneficiou-se das mudanças propiciadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg). O cenário externo também ajudou - o choque do petróleo só ocorreu em 1973.

Delfim foi um dos participantes da reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pela edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968. No encontro, Delfim disse: "Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez". Questionado várias vezes no período pós-redemocratização se assinaria de novo o AI-5, Delfim sempre disse que sim. Ele aproveitou o AI-5 para conter alguns gastos públicos e concentrar **impostos** na União.

A ambição de Delfim era ser governador de São Paulo em 1974, o que lhe abriria a possibilidade de disputar a presidência em 1979. O economista se deparou, porém, com a ferrenha oposição dos generais Ernesto

Geisel, presidente entre 1974 e 1979, e do ministro Golbery do Couto e Silva. Em conversa com Geisel em novembro de 1973, Golbery não poupou Delfim: "O Gordo é um ditador. Não tem escrúpulo em usar o poder. O Gordo faz misérias. Pega o sujeito, põe na ma da amargura [...] Se ele fosse presidente da República, vamos ver o que seria [...]. Para ele não ser, ele não pode ser governador de São Paulo (...) paulista civil e ditador".

Delfim foi acusado de manipular preços, derrubando os índices de **inflação**. Em 1973, a **inflação** oficial foi de 15,5%, mas o número real foi mais alto. Segundo Gaspari, o economista Eugênio Gudim, então membro do conselho da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse a Golbery que Delfim "manipulava os preços das cestas de alimentos para o cálculo do custo de vida". "Nós sabemos que ele sabe exatamente quais são os gêneros que entram na cesta. Ele chama os donos dos supermercados e diz: "Esses gêneros os senhores vão vender pela tabela ou abaixo da tabela. Os outros, vocês vendam por fora". A explicação de Delfim era diferente. Na entrevista ao Valor publicada em 2005, ele disse: "Nunca mexemos no índice de preços, mas na formação dos preços. Só havia levantamento de preços no Rio, mas trabalhávamos de madrugada, com gente em Curitiba, Belo Horizonte. Às 3h30 da manhã, um dizia que estava chovendo no Rio e ia faltar abobrinha. Então, desviávamos um caminhão de abobrinha de São Paulo para o Rio. Faltava um pouco de abobrinha em São Paulo, mas sobrava no Rio." Em 1977, a FGV corrigiu a **inflação** de 1973, de 15,5% para 20,5%.

Para impedir que Delfim se tornasse governador, Geisel forçou uma mudança nas regras de escolha de candidatos ao governo pela Arena. Na convenção do partido, o ministro do milagre seria imbatível. O presidente da Arena, Petrônio Portella, arrumou a solução: transferir a escolha para os diretórios estaduais. Delfim aceitou a embaixada em Paris, onde ficou entre 1975 e 1978.

Numa entrevista ao Valor, questionado se não lhe chegavam notícias dos porões do regime", Delfim respondeu: "Não! Há um equívoco completo nisso. Tinha uma divisão absolutamente total entre a política e a economia", afirmou. "Não quero me isentar. [...] Eu, pessoalmente, nunca tive nenhum envolvimento em coisa nenhuma. Fiz a minha tarefa de economista. No regime autoritário, as pessoas não compreendem, não existia nenhuma ligação entre o pessoal militar e a administração."

Em "A ditadura escancarada", Gaspari conta que "a reestruturação da PE [Polícia do Exército] e a Operação Bandeirante [a Oban foram socorridas por uma "caixinha" a que compareceu o empresariado

paulista". No segundo semestre de 1969, houve um almoço dos representantes de 15 grandes bancos com Delfim, no palacete do clube São Paulo. "O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. [...] Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamentos nem verbas para enfrentara repressão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a US\$ 110 mil. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença."

Em agosto de 1979, Delfim assumiu o Planejamento no lugar de Simonsen. O Brasil sofria com os dois choques do petróleo e o aumento dos juros externos. O ex-ministro contou que, em 1972, numa conversa com o então presidente francês Giscard D'Estaing, este lhe disse para se preparar, porque os árabes fariam um cartel, causando uma disparada dos preços do óleo. Ao voltar para o Brasil, Delfim relatou essa história para o presidente Médici. "Ele convocou para uma reunião o dr. Leitão [João Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil], o ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite, o Geisel e o presidente do BC, Ernane Galvêas. Eu disse: "Vamos abrir, abre o contrato de risco." A reação de Geisel, que era presidente da Petrobrás, foi: "Quem entende de petróleo sou eu, não esse Giscard", disse Delfim.

Endividado, o Brasil foi afetado pela guinada da política monetária americana. Paul Volcker, então presidente do Fed, o banco central americano, jogou os juros na casa de 20% ao ano, para derrubar a **inflação**, quebrando países todos os países com elevadas dívidas no exterior. A dívida externa brasileira havia sido engordada por Geisel, para financiar as importações de petróleo e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). "O plano foi um desastre", disse Delfim ao Valor.

Na crise de 1982, o Brasil chegou a ficar com reservas internacionais negativas em US\$ 3 bilhões. "O alívio só veio em 1984, quando fechou o déficit em contas correntes. Fizemos uma desvalorização do câmbio [de 30%, em dezembro de 1979], ela falhou, fizemos uma segunda [também de 30%, em fevereiro de 1981] e, em 14 meses, viemos de um déficit em contas correntes para superávit", disse Delfim. Em 1981, o **PIB** caiu 4,3%. O crescimento médio de 1979 a 1985 foi de 3,8%. Ao deixar o governo, em 1985, o balanço de pagamentos estava ajustado e a crise cambial, mitigada, mas a **inflação** era de 200% ao ano.

Hostilizado pela esquerda por sua participação no governo da ditadura, tornou-se um dos principais conselheiros de Lula. Ao analisar a gestão do petista, porém, Delfim relativizava o papel da política

econômica no sucesso. Lembrava da melhora dos termos de troca (a relação entre preços de exportação e de importação), ocorrida graças à alta das commodities. "Fizemos o papel direitinho. Acumulamos reservas cambiais, corretamente. Mas não vamos dizer que isso foi produto pensado de uma política econômica. Isso foi produto de um acidente".

Delfim elogiava o governo Dilma Rousseff nos primeiros anos. O objetivo anunciado em 2011 pela a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de "fazer mais com menos", contou com o seu apoio. Foi um dos primeiros a aplaudir a guinada na política monetária promovida pelo presidente do BC, Alexandre Tombini, em agosto de 2011, quando a instituição passou a cortar a taxa Selic agressivamente. A estratégia de Tombini, contudo, foi malsucedida. A **inflação** subiu e as expectativas saíram do controle, levando o BC a ter que elevar os juros em abril de 2013. No começo daquele ano, Delfim fez pela primeira vez uma crítica pesada a uma ação do governo Dilma, atacando as manobras contábeis promovidas pelo Tesouro para cumprir a meta de superávit primário. Uma das obsessões de Delfim era o combate ao nível dos juros brasileiros. Certa vez, definiu-se como economista de forma sucinta: "Sou um prisioneiro do crescimento".

Em 2018, Delfim foi citado na Lava-Jato. Os investigadores afirmavam que ele teria ajudado o governo a formar o consórcio Norte Energia, que venceu o leilão para construir a hidrelétrica de Belo Monte. Em troca, teria recebido parte da propina destinada a PT e MDB. A defesa de Delfim negou que ele tivesse praticado atos ilícitos e disse que os valores recebidos foram por consultoria prestada.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187955?page=1§ion=2>

Projeção da inflação 2024 sai de 4,12% para 4,20%

A projeção do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do país, registrou alta, passando de 4,12% para 4,20% este ano. A estimativa está no Boletim Focus dessa segunda-feira (12), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Conforme o Focus, para 2025, a projeção da **inflação** variou de 3,98% para 3,97%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente. A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O cole-giado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em julho, puxado principalmente pelo preço da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a **inflação** do país foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de **inflação**.

Selic

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Diante de um ambiente externo adverso e do aumento das incertezas econômicas, na última reunião no fim de julho, o BC decidiu pela manutenção da Selic, pela segunda vez seguida, após um ciclo de sete reduções que foi de agosto de 2023 a maio de 2024.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete reuniões seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, em março de 2021, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. O índice ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 9,75% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

PARA 2025, A PROJEÇÃO DA **INFLAÇÃO** NO BRASIL VARIOU DE 3,98% PARA 3,97% E PARA 2026 E 2027, DE 3,6% E 3,5

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=134815>

Galípolo sinaliza para elevação da taxa Selic

Brasília - O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a autoridade monetária está dependendo de dados para uma próxima decisão e que uma elevação do juro "está na mesa" do Comitê de Política Monetária (Copom). Segundo Galípolo, na ata da última reunião realizada no final de julho o colegiado também não forneceu nenhum guidance (orientação) para decisões futuras. O executivo pontua que a menção ao cenário alternativo na última ata, com cálculo de IPCA em 3,2% no primeiro trimestre de 2026, "não deve ser lido como indicativo de que o BC irá necessariamente manter a Selic parada em 10,5%". O diretor ressalta que a frase foi lida como retirar a possibilidade de alta da Selic, mas que esse não é o diagnóstico. "A alta está na mesa do Copom e precisamos ver como a situação irá se desdobrar", detalhou. Também ontem foi divulgado o Boletim Focus do Banco Central, e a estimativa para a taxa Selic até o final do ano segue em 10,5%. No cálculo da **inflação** oficial, porém, a projeção diminuiu, caindo levemente de 3,98% a 3,97%.

Entre as justificativas para que a taxa de juros seja aumentada está a necessidade de conter preços. Juro mais alto teoricamente freia consumo e crédito, o que reduziria procura e valores dos produtos. Embora a estimativa de IPCA do Focus de ontem tenha mostrado baixa, os últimos dados de **inflação** oficial do IBGE revelaram este mesmo IPCA no limite da meta estabelecida pelo Conselho Monetário: 4,5% no acumulado, índice também acima da leitura anterior, que havia marcado 4,23%.

No mesmo dia em que o Focus estimava uma Selic seguindo em 10,5% até o fim deste ano, Galípolo reiterou que o comitê "está disposto a conviver com um juro mais alto por mais tempo", e que se for necessário "pode haver alta de juro". O diretor de Política Monetária do BC ainda observou que o início dos cortes de juros nos Estados Unidos poderá não representar uma grande mudança de cenário para as decisões no Brasil, uma vez que o movimento já foi em parte precificado.

JURO E **INFLAÇÃO**

No mesmo dia em que o Boletim Focus estimava a taxa Selic seguindo em 10,5% até o final deste ano, o diretor de Política Monetária do BC assinalou que o comitê está disposto a "conviver com um juro mais alto por mais tempo e que, se for necessário, pode haver alta de juro".

Entre justificativas para que a taxa de juros seja aumentada está a necessidade de conter preços. Juro mais alto teoricamente freia consumo e crédito, o que reduziria procura e valores dos produtos.

Os últimos dados de **inflação** oficial do IBGE revelaram o IPCA no limite da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional: 4,5% no acumulado, também acima da leitura anterior de 4,23%.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-1330fef5fe4f742c1918c585c2da13b3.pdf

Sobe previsão da inflação para este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - teve aumento, passando de 4,12% para 4,2% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2025, a projeção da **inflação** variou de 3,98% para 3,97%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em julho, puxado pelo preço da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a **inflação** do país foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de **inflação**.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Diante de um ambiente externo adverso e do aumento das incertezas econômicas, na última reunião no fim de julho, o BC decidiu pela manutenção da Selic, pela segunda vez seguida, após um ciclo de sete reduções que foi de agosto de 2023 a maio de 2024.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cad>

ernos/economia/2024/08/sobe-previsao-da-inflacao-para-este-ano.html

BC fará o que for preciso para trazer a inflação para a meta, diz Campos Neto

São Paulo - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que está "sedimentado" entre os diretores da autarquia a mensagem consensual de que farão o que for preciso para trazer a **inflação** para a meta independentemente de quem for o presidente do BC.

Durante palestra em evento de inauguração de novo campus da Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo, Campos Neto ainda afirmou que o ambiente de **inflação** acima da meta e expectativas desancoradas é motivo de preocupação, acrescentando que o BC tem feito o máximo para mostrar que suas decisões são técnicas. "A gente tem tido uma mensagem inequívoca e consensual de que o BC vai fazer o que for preciso para trazer a **inflação** para a meta, é muito importante, e é independente de quem seja o presidente, de qual seja o mandato, isso está bem sedimentado no grupo que temos hoje", disse. "A gente tem feito o máximo possível no sentido de mostrar que é técnico, que o grupo é coeso, que não importa quem vai estar lá que o BC vai agir sempre de forma técnica", acrescentou.

Campos Neto afirmou que a **inflação** acumulada em 12 meses no Brasil - que alcançou em julho o teto da meta, de 4,5% - vinha desacelerando e recentemente "subiu um pouquinho", ponderando que os itens menos voláteis estão relativamente comportados.

Na apresentação na FGV, o presidente do Banco Central disse que as políticas fiscal e monetária são fatores que geram incerteza e elevação de prêmio de risco no País, argumentando que o BC tem feito esforço para mostrar que trabalha com seriedade para levar a **inflação** à meta de 3%.

"Exagero" - Do lado fiscal, ele disse que o governo também tem feito um esforço grande e que o prêmio de risco tende a diminuir se o efeito dessa atuação se concretizar. Ele ponderou que "tem muito exagero" nas percepções de mercado, que não acredita nos compromissos fixados pelo governo.

Em relação à atividade econômica, o presidente do BC disse que o País continua a apresentar números bons, acima do esperado, enfatizando que as surpresas têm se disseminado um pouco mais.

Campos Neto voltou a afirmar que o juro real -

diferença entre a taxa básica de juros e a **inflação** - no Brasil é muito alto, mas roda em patamar mais baixo do que o observado historicamente no País.

Ele argumentou ser mais importante olhar para o esforço monetário, a diferença entre o juro real e o juro neutro, patamar que não estimula nem retrai a atividade. Isso porque uma taxa neutra mais alta reduz o efeito da taxa básica de juros sobre a economia.

Atualmente, o BC trabalha com uma hipótese de taxa real neutra de 4,75%, patamar alcançado após ter sido elevado em 0,25 ponto percentual em junho. (Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Inflação vai subir e chegar a 4,2% ao ano, prevê mercado

O Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira pelo Banco Central, trouxe novas previsões para os principais indicadores econômicos do Brasil. Segundo as expectativas de instituições financeiras, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano em 4,2%, um ligeiro aumento em relação à previsão anterior de 4,12%. Este valor ainda se situa dentro da margem de tolerância estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos da meta de 3%.

Para os próximos anos, as estimativas indicam uma tendência de estabilidade com uma **inflação** projetada de 3,97% em 2025 e reduções progressivas para 3,6% em 2026 e 3,5% em 2027. A partir de 2025, o Brasil adotará o sistema de meta contínua de **inflação**, eliminando a necessidade de definir uma nova meta anualmente.

Em termos de política monetária, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa básica de juros, a Selic, em 10,5% ao ano. Após um ciclo de alta que começou em março de 2021 e terminou em agosto de 2022, a Selic foi progressivamente reduzida desde agosto de 2023 até maio de 2024, refletindo um ambiente de controle de preços mais eficaz. Para o final de 2024, espera-se que a Selic se mantenha em 10,5%, com previsões de redução para 9,75% em 2025 e 9% nos anos subsequentes.

O impacto das variações da Selic é significativo tanto para o controle inflacionário quanto para o estímulo econômico. Aumentos na taxa básica tendem a restringir o crédito e incentivar a poupança, enquanto reduções favorecem o barateamento do crédito, impulsionando a produção e o consumo. Tais ajustes são cruciais para equilibrar a atividade econômica com a estabilidade de preços.

No que diz respeito ao crescimento econômico, as projeções permanecem otimistas, com uma previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,2% para este ano. Para 2025, espera-se uma expansão de 1,92%, seguida por um crescimento estável de 2% tanto para 2026 quanto para 2027. Em retrospecto, o **PIB** brasileiro cresceu 2,9% em 2023, um pouco acima da taxa de 3% registrada em 2022. No câmbio, as expectativas para o dólar permanecem estáveis, com uma previsão de R\$ 5,30 para o final

deste ano e para o final de 2025. A estabilidade cambial é crucial para as decisões de política econômica, influenciando desde importações e exportações até investimentos estrangeiros diretos. Essas projeções refletem um cenário de cautela e planejamento por parte das autoridades econômicas do Brasil, que buscam equilibrar crescimento sustentável com controle inflacionário em um ambiente global ainda repleto de incertezas.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/13-08-2024-edicao-24891/>

Padilha nega 'digital' do governo na suspensão das 'emendas Pix'

■ LUCYENNE LANDIM (Marianna Holanda e Matheus Teixeira/Folhapress)

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que "não tem qualquer digital ou participação" do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A declaração tem a ver com a queixa feita nos bastidores por parlamentares sobre a existência de um suposto "conluio" para suspensão das chamadas "emendas Pix", determinada pela Corte.

Esse tipo de emenda com uma forma de deputados e senadores enviarem dinheiro para prefeituras sem que a verba esteja atrelada a um projeto específico. "Não tem qualquer digital ou participação do governo, do Executivo, qualquer ministro, naquilo que é uma decisão da Suprema Corte. O que cabe ao governo, e nós sempre faremos, é, quando tiver uma decisão da Suprema Corte, cumprir", disse Padilha.

Segundo o ministro, o importante é não paralisar as obras prioritárias. Padilha deu as declarações no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente Lula e os articuladores políticos do governo - o líder no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Em 10 de agosto, o ministro do STF Flávio Dino determinou que seja garantida transparência e rastreabilidade das 'emendas Pix'. Além disso, o procurador geral da República (PGR), Paulo Gonet, protocolou uma ação no Supremo para declarar a inconstitucionalidade dessa forma de repasse de recursos.

Segundo Paulo Gonet, levantamento feito por entidades de transparência revelou repasse de R\$ 6,75 bilhões por meio de "emendas Pix" no ano passado. As manifestações desagradaram os parlamentares, que não costumam abrir mão de recursos provenientes de emendas. É por meio dessas verbas que costumam negociar um maior apoio em suas bases eleitorais, o que pode ser revertido em votos.

O mal-estar foi motivado, ainda, por uma avaliação reservada de que tanto Dino quanto Gonet poderiam estar agindo na linha do que interessa a Lula. Pesa o

fato de o ministro do STF ter sido indicado pelo presidente para a Suprema Corte, depois de ter ocupado o Ministério da Justiça e ter relação próxima com o petista. Da mesma forma, o procurador geral, que foi colocado no cargo por iniciativa de Lula.

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recorreram ao STF contra a decisão de Dino. Eles também pediram que as ações sobre o tema sejam redistribuídas para os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que são relatores de processos com o mesmo assunto.

Votação

Prioridade é regulamentar a **reforma tributária** neste ano

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que a prioridade do governo é concluir a votação da regulamentação da **reforma tributária** ainda neste ano. Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já havia afirmado que a Casa não votaria o projeto de lei complementar antes das eleições municipais de outubro. "A prioridade do governo e a necessidade do país é terminarmos esse ano com a regulamentação da **reforma tributária** concluída no Senado e na Câmara", disse Padilha no Palácio do Planalto.

"É importante também a conversa não ser só no Senado, mas já dialogar na Câmara, porque pode voltar para a Câmara, caso tenha qualquer tipo de mudança no Senado", completou Padilha. O ministro disse ainda acreditar em concluir a votação da proposta neste ano, porque os presidentes das Casas, Pacheco no Senado e Arthur Lira (PP-AL) na Câmara, vão querer deixar a reforma como legado de seus mandatos, que acabam em 2025.

A fala ocorreu após reunião do presidente Lula (PT) com os ministros palacianos e líderes do governo. Padilha disse ainda que o governo espera chegar a um consenso nesta semana por uma proposta de compensação da perda de arrecadação com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores dos municípios.

Segundo Padilha, o relator da proposta, senador

Jaques Wagner (PT-BA), está incorporando todas as sugestões dos parlamentares. Mas reforçou a proposta da Fazenda de aumento de 1 ponto percentual na alíquota da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que incide sobre o lucro das empresas, caso as medidas não sejam suficientes para fechar as contas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou até setembro o prazo para o Executivo e o Legislativo chegarem a um consenso sobre a desoneração. A necessidade de compensação para o atendimento de regra prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal foi o argumento utilizado pela União para pedir a suspensão da desoneração em abril.

Haddad

Contas públicas no 'bom caminho'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo está no "bom caminho" para recuperar as contas públicas, como, frisou, foi reconhecido pelas três principais agências de classificação de risco em suas decisões sobre o Brasil. Haddad ressaltou que as despesas públicas estão sendo controladas na forma determinada pelo arcabouço fiscal e projetou que, até 2026, último ano do mandato, o país, se ainda não tiver reconquistado o grau de investimento, estará próximo disso.

Ao justificar o esforço do ministério para recompor a base "iscai, com medidas para frear gastos tributários que chegaram a 6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), Haddad lembrou que o governo tinha consciência de que estava assumindo um passivo de R\$ 200 bilhões deixado pelo governo anterior.

A conta inclui, além da ampliação do Bolsa Família, atraso nos pagamentos de precatórios e recomposição da receita perdida pelos Estados com a desoneração dos combustíveis. Com isso, a orientação foi fazer com que os que não pagavam **impostos** passassem a pagar.

"Emendas Pix"

O que é. O mecanismo consiste em transferências diretas de recursos federais sem transparência, controle de aplicação das verbas ou fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Destinação. O recurso é indicado por deputados e senadores para Estados e municípios e pago pelo governo sem finalidade definida e antes de qualquer projeto, licitação ou obra.

Valores. Desde 2020, as transferências somaram R\$

20,7 bilhões. O uso da "emenda Pix" aumentou após o STF colocar fim ao orçamento secreto, em dezembro de 2022. Neste ano, houve um recorde de recursos enviados: R\$ 7,7 bilhões.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>